



Relatório e Contas 2016

Demonstrações Financeiras

**RELATÓRIO DE GESTÃO
&
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
2016**

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

I – INTRODUÇÃO

Decorrido um ano desde que o actual Conselho de Administração tomou posse, dia 06 de Janeiro de 2016 e cumprindo os pressupostos legais e estatutariamente definidos, somos a apresentar o presente Relatório de Gestão e de Actividades, acreditando que com as alterações Estatutárias verificadas em 2015, assim como as acções empreendidas durante todo o ano de 2016, a LAHGO – Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta, depois dos muitos obstáculos que lhe surgiram e que teve de ultrapassar, ao longo do ano de 2016, possa ter encontrado finalmente o caminho certo para o seu desenvolvimento em pleno, cumprindo aquele que é o seu primeiro objectivo, ou seja, ajudar e servir, com qualidade e excelência, todos aqueles que nos procuram, assim como tantos outros que pelas razões mais diversas são colocados à nossa guarda e responsabilidade.

II – PAZ SOCIAL

Certamente se concordará que, uma das condições fundamentais para benefício de qualquer empresa, ou instituição, é a existência de condições que proporcionem paz social na mesma, sendo principalmente um desses factores, o pagamento dos respectivos vencimentos aos seus trabalhadores e colaboradores.

Ora, como todos se lembrarão, aquando da tomada de posse, foi o actual Conselho de Administração confrontado com várias situações de incumprimento e irregularidades, herdadas da anterior direcção, sendo uma delas, exactamente vencimentos em atraso.

Aliás e ao contrário do que se havia verificado desde 2014, bastou a tomada de posse do actual Conselho de Administração, para que todos aqueles que até aí não tinham tido as suas situações resolvidas, justificadamente exigissem a resolução e pagamento de tudo o que se encontrava em incumprimento, o que naturalmente seria humanamente impossível de cumprir, por muito boa vontade que se tivesse.

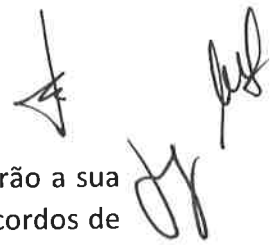
Foi assim que, infelizmente, se viu este Conselho de Administração confrontado com manifestações de meia dúzia de funcionários que, esquecendo que nada se pode resolver de um dia para o outro, exigiam de imediato, as soluções que durante cerca de dois anos lhes tinham sido indevidamente negadas.

Aliás, como certamente se lembrarão, tais reclamações, tiveram mesmo direito a reportagem na SIC, o que, naturalmente, não abonou em nada a imagem da Instituição.

Mas como se tal não fosse suficiente, no dia seguinte após a tomada de posse e na primeira reunião do Conselho de Administração, as médicas que prestavam serviço na LAHGO, com toda a justiça, pois desde 2014 não recebiam os seus vencimentos, apresentaram a sua demissão, não se entendendo porque razão o fizeram no dia seguinte à tomada de posse da Administração, quando o incumprimento em causa já durava há cerca de dois anos.

Aliás, situação idêntica se passou com a quase totalidade do pessoal de enfermagem, uma vez mais, não se entendendo porque razão, não tomaram tal atitude em 2014, ou mesmo em 2015, mas antes o fizeram, após a chegada da nova administração, exigindo que de imediato se saldasse, o que estaria em falta há cerca de dois anos.

Tais posturas, algumas delas lamentáveis, pois não cumpriram sequer, aquelas que são as obrigações deontológicas que tais actividades profissionais obrigam, levaram a que, num espaço de tempo de cerca de uma semana, se tivesse de encontrar e contratar o número mínimo necessário para garantir os serviços, quer no sector médico, quer no sector da enfermagem, devendo neste capítulo realçar o empenho que alguns desses profissionais manifestaram numa altura tão difícil e que ainda hoje demonstram, manifestando a Administração, o seu agradecimento a todos, nas pessoas do Director Clínico, Dr. Gamito e no Enfermeiro Coordenador e Director da UR, Enfermeiro José Charro.



Ainda assim e independentemente de algumas situações de litígio que correrão a sua tramitação normal, foi possível superar praticamente tudo isso, através de acordos de pagamento que se têm vindo a cumprir, nomeadamente com a banca, assim como ao Estado, não esquecendo naturalmente os trabalhadores, fornecedores e colaboradores da Instituição, tendo o Conselho de Administração uma primeira preocupação que tem sido desde o primeiro dia cumprir com os pagamentos aos seus funcionários e colaboradores, sendo que, passado pouco mais de um ano após a tomada de posse, praticamente todos os valores em dívida a trabalhadores se encontram saldados, ou em fase de acordos prestacionais relativamente aos seus pagamentos, para além de, que todos os trabalhadores estão com os seus salários em dia e puderam usufruir de férias, tendo recebido os respectivos subsídios, o mesmo se passou com o subsídio de Natal, como é de direito, sendo de ressaltar neste ponto que, ao contrário do que outros poderiam ter pensado, estando alguns trabalhadores representados pelas suas estruturas sindicais, o contacto continuado e regular com estas estruturas, tem possibilitado a obtenção de consensos e soluções, as quais, uma vez mais têm sido um contributo extremamente positivo para a paz social actual, o mesmo se tendo passado com a ACT, entidade que desde Janeiro de 2016, esteve por várias vezes na Instituição, quer por efeito de algumas reclamações apresentadas por alguns trabalhadores, quer para verificação de eventuais irregularidades, factos que no seu conjunto têm proporcionado não apenas corrigir deficiências, mas igualmente chegar a soluções de acordo, evitando não apenas procedimentos judiciais, mas principalmente porque através do diálogo positivo e franco, tem-se verificado a desistência de grande parte dessas reclamações, pois é hoje claro para todos que o que nos move é o futuro da Liga, não apenas pelos objectivos que a devem sempre nortear, mas principalmente também, porque dela dependem cerca de 187 trabalhadores e suas famílias.

III TRANSMISSÃO DE FUNÇÕES

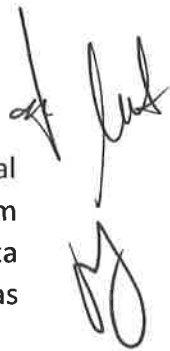
É sabido e foi público que a transmissão de funções, da anterior Direcção para o actual Conselho de Administração, infelizmente, foi tudo menos pacífica.

Desde logo, foi confrontada a actual Administração com um Procedimento Cautelar, intentado pelo anterior Presidente da Assembleia Geral, com vista à impugnação e anulação do resultado eleitoral que naturalmente não teve provimento, sendo o actual Conselho de Administração confrontado ao assumir funções, com um conjunto de factos, prejudiciais ao seu bom funcionamento, como :

1. Não se verificou, como seria curial que tivesse acontecido, uma “passagem de testemunho”, com graves consequências, quer para os trabalhadores da Liga, quer para os serviços que necessariamente a Instituição tem obrigação de prestar aos seus utentes, razão principal da sua existência.
2. Deparou-se o Conselho de Administração com uma total de arquivo contabilístico.
3. Sendo que o Balanço e Contas de 2015, apenas foi apresentado em Julho de 2016 e depois de muita insistência, quer por parte do Conselho de Administração, quer do Presidente do Conselho Fiscal, junto do anterior responsável financeiro da Liga, quando essa é uma obrigação legal e estatutária que deve ser cumprida em tempo, o que não se verificou.
4. Tendo sido essa uma das razões porque apenas cerca de três semanas após a posse, é que o Conselho de Administração conseguiu ter acesso às contas bancárias.
5. Ainda assim, em Janeiro de 2016 e contrariamente ao que se havia verificado nos dois anos anteriores, foram pagos na íntegra todos os vencimentos desse mês, procedimento que, apesar de alguns obstáculos e atrasos de dias, se continua a manter até hoje.
6. Verificou-se, pelas razões que evocamos acima que nos meses de Fevereiro, Março, Abril, Maio e Junho de 2016, foi impossível saber, ou conhecer, o balanço e contas de 2015, pois como se afirma supra, apenas em Julho de 2016, o mesmo foi apresentado e ainda assim com muitas lacunas e verbas que necessitam de uma verificação e justificação mais aprofundadas, conforme ficou demonstrado após conferência de saldos com fornecedores e entidades bancárias, as quais a seu tempo, de tal serão objecto.
7. Verificou-se ainda que apesar de estar requerida desde Fevereiro de 2016, apenas em Maio foi possível reunir com o principal credor da Instituição, a Caixa Geral de Depósitos que nos requereu um “Business Plan” o qual apenas foi possível entregar em Agosto.
8. Foi igualmente confrontado o Conselho de Administração com o facto de os valores correspondentes às facturas da ARS, recebidas pela Caixa Leasing e Factoring, terem sido retidos pela Caixa Geral de Depósitos, durante os meses

de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro de 2016, para pagamento de capital e juros do último trimestre de 2015 e juros de 2016 que se encontravam em incumprimento, o que, naturalmente, deixou a Liga sem esta fonte de receita durante quatro meses, quase meio ano, com todas as negativas consequências que facilmente se deduzirão de tal procedimento.

9. Tal facto não obstou no entanto, a que ainda assim, com algum atraso é certo, os vencimentos deixassem de ser pagos, pois essa sempre foi e continua a ser uma das principais preocupações e compromissos que a actual administração assumiu perante os seus trabalhadores e colaboradores

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

IV REDUÇÃO DE DESPESAS

Entre as várias medidas urgentes que foram tomadas, desde a tomada de posse, em Janeiro de 2016, encontram-se naturalmente aquelas que se reportam à redução de despesas, nomeadamente em sectores como :

- a) Rigoroso controlo no uso, gastos e renovação de produtos de higiene e limpeza, quer pessoal, quer das próprias instalações, as quais, cumprindo no entanto os parâmetros adequados para uma Instituição como a LAHGO, se verifica hoje terem tido uma redução substancial.
- b) Idêntico procedimento se teve na alimentação, a qual tem hoje claramente uma qualidade superior à que se verificava em anos anteriores, apresentando igualmente um saldo mais positivo em termos de custos.
- c) Igualmente se verificou um controle mais rigoroso na aquisição e administração de medicamentos, assim como na gestão da Farmácia Hospitalar, a qual cumpre hoje, com níveis de excelência, a sua obrigação e função, graças também, como é evidente, à boa gestão que as Técnicas responsáveis pela mesma têm sabido implementar.
- d) Mas não só, pois é hoje evidente o brio, o empenho e a preocupação que a grande maioria dos trabalhadores da Liga tem, em “levar o barco a bom porto”, entendendo o esforço que o Conselho de Administração tem vindo a fazer, no sentido de um futuro de confiança para todos os que usufruem e trabalham na Instituição.
- e) De salientar ainda que, conforme se prova no Balanço a 31 de Dezembro de 2016, comparativamente a Dezembro de 2015, se verificou uma redução do Total do Passivo que em 2015 era de € 10.655.923,50 e em 2016 foi de € 10.459.520,04, ou seja, uma redução de € 196.403,46
- f) Certamente não será muito, mas se tivermos em conta que temos os vencimentos em dia,
- g) Que praticamente se resolveu a dívida a trabalhadores referente ao mês de Dezembro de 2015,
- h) E que a Instituição, em sede de Financiamentos obtidos, à data de 31 de Dezembro de 2015, ascendiam a € 8.250.133,06, sendo que em 31 de Dezembro de 2016 teve €8.047.997,52, tendo-se pago entretanto € 202.135,54.
- i) Igualmente se deverá realçar o facto de, em sede de Caixa e Depósitos Bancários, termos obtido em Dezembro de 2016 um activo de € 34.648,99, quando em igual período de 2015, esse valor correspondia apenas a € 8.267,84.
- j) Sendo ainda de realçar a redução de Inventário em cerca de € 24.973,89, o que, para uma Instituição como a LAHGO é sempre um factor positivo, pois muito desse inventário é composto por artigos com um período curto, ou muito curto de tempo de vida, em termos de aplicabilidade, tendo a sua renovação por isso mesmo, sido muito criteriosa, o que nos possibilitou que, com menos custos, tivesse sido possível repor stocks e assegurar todos os serviços.

k) Naturalmente que uma Instituição como a LAHGO, necessariamente, por muito que se esforce, tem todo um conjunto de componentes de gastos que é difícil reduzir, como sejam os seguros dos trabalhadores, dos veículos e das próprias instalações, mas respeitando as normas da ERS - Entidade Reguladora da Saúde, e os Protocolos assinados com a ARS, gastos com fornecimento de energia eléctrica, água, gás, telefones e internet, fundamentais e imprescindíveis para o bom funcionamento de todas as instalações e serviços, medicamentos e produtos de enfermagem, higiene e limpeza, para além naturalmente dos valores necessários para vencimentos, obrigações com fornecedores, banca e Estado.

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page. There are three distinct marks: a signature that appears to be 'L. J.', another signature that appears to be 'J. J.', and a set of initials that appear to be 'J. J.'.

V OUTRAS ACÇÕES E PROCEDIMENTOS

Foi necessário igualmente reestruturar, entre outras, a área da cozinha e copa, assim como os Recursos Humanos, pois a escolha criteriosa dos produtos, associada a uma melhor qualidade dos mesmos, teve como resultado uma redução de custos em sede do armazenamento e utilização de produtos alimentares, associados a uma melhor qualidade das refeições, tendo como exemplo flagrante desse esforço, o facto de, praticamente Junho de 2016, não se terem verificado reclamações por parte de utentes, ou funcionários, contrariamente ao que se vinha verificando.

Igualmente foi necessário uma quase total reestruturação em sede de recursos humanos, nomeadamente hierarquizando os serviços e reclassificando os trabalhadores, em função daquela que era de facto a sua actividade profissional na Instituição.

Isto porque, a grande maioria dos trabalhadores não se encontrava devidamente enquadrada nas respectivas categorias profissionais, conforme as funções que exercem, da mesma forma que foi necessário implementar obrigações que derivam do acordo em sede da CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade que a Liga deve e tem de cumprir, originando a reestruturação de serviços e do respectivo quadro de pessoal, definindo um novo Organigrama Geral da Instituição, assim como de cada um dos serviços, tal como em alguns casos, poucos, se tornou necessário implementar regras de disciplina e comportamento, hierarquizando todos os serviços e responsabilizando quem os coordena e penalizando quem intencionalmente, com desleixo, ou falta de brio profissional, incumpre.

Ainda assim, foi possível reestruturar e reduzir o número de trabalhadores, nomeadamente a Termo, sendo hoje o quadro de pessoal composto por 186 trabalhadores, ou seja, menos 6 que em 2015, assim como o quadro de prestadores de serviço, os quais, apesar de no seu total serem actualmente 40 Enfermeiros e 18 Médicos, nos dá uma redução dos custos indexados a Dezembro de 2015, pois reduzimos o vencimento do Director Clínico em € 3.500,00, assim como o do Enfermeiro Coordenador que acumula as funções de Director da Unidade Residencial e que igualmente tem um vencimento actual equivalente a metade do que se pagava até 2015.

Acresce que, a grande maioria dos médicos, recebe hoje um valor hora equivalente e metade do que anteriormente a Instituição pagava, verificando-se assim um saldo positivo em 2016, comparativamente a 2015 de € 168.442,84.

É evidente que para além de todos estes factores, crescem os actuais constrangimentos e limitações que derivam desde logo com a obrigação de cumprimento dos protocolos estabelecidos com a ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, assim como os valores em dívida, nomeadamente na devolução dos pagamentos efectuados a título de caução na Unidade Residencial e que em Janeiro de 2016 ascendiam a cerca de € 60.000,00, mas que actualmente se encontram já saldados em mais de metade desse valor, estando grande parte desses

montantes a ser pagos em sede de acordos de pagamento parcelares que se têm vindo a concretizar ao longo de todo o ano de 2016.

Igualmente se está a pagar ao Instituto de Segurança Social, ficando cativos naquela instituição todos os meses cerca de € 45.000,00, pois foi mais um incumprimento que se encontrou em Janeiro de 2016, por motivo de incumprimento dos Acordos de Pagamento Prestacional estabelecidos com aquela entidade e que deixaram de ser pagos desde o segundo semestre de 2015, originando a resolução do acordo estabelecido com a entidade supra, tendo sido imputados à LAHGO os respectivos juros, no montante de cerca de € 114.000,00.

Acrescem ainda as verbas avultadas referentes a vencimentos não pagos, até Dezembro de 2015, alguns originários desde 2014 e que naturalmente têm condicionado qualquer investimento e com isso, como será expectável, reduzindo substancialmente as possibilidades de aumento, ou novas receitas.

Não esquecer que, para além de todos os factores que aduzimos supra, deverão ser acrescidos, os incumprimentos verificados até 2015, em sede de obrigações com a banca, o que originou, como se refere no Ponto III, nomeadamente nos seus números 4, 5, 6 e 7, um acordo com o principal credor, mas que naturalmente é uma solução temporária, exigindo a curto prazo uma renegociação com a Caixa Geral de Depósitos, conforme proposta que já se apresentou, de concessão de um eventual período de carência, renegociação da dívida, aumentando o período das maturidades, assim como uma renegociação dos juros, por forma a poder a LAHGO ter alguma folga nestas obrigações, repondo a possibilidade de algum investimento e crescimento, os quais, pelas razões expostas, se torna difícil de conseguir.

Ainda assim, nem tudo é negativo.

Em 2016, a nível nacional, a Instituição situava-se nas cinco primeiras e melhores unidades de cuidados continuados, assim como continua a ser uma referência no exterior, sendo prova disso mesmo, as muitas solicitações lista de espera que existe para ingresso na Unidade Residencial, provindo algumas delas por aconselhamento das respectivas assistentes sociais, de instituições de cariz militar, ou de gestão religiosa, as quais indicam a LAHGO, como referência de qualidade, cuidado e bem servir os seus utentes.

Mais, independentemente das várias inspecções que ocorreram pelas entidades de saúde, ASAE – Autoridade de Segurança e Actividade Económica, ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho, assim como as que acima são referenciadas neste Relatório, todas têm sido unânimes que, tirando alguns e pequenos, mas sanáveis pontos de referência, a LAHGO, é uma das melhores unidades a nível nacional, quer em sede dos Cuidados Continuados, quer na sua Unidade Residencial.

VI UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados, de Média Duração e Reabilitação e de Longa Duração e Manutenção, da Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta, é parte integrante do património da Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta e constitui uma valência da LAHGO, com autonomia técnica, ainda que sem personalidade jurídica.

É uma Unidade Integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), visando prestar cuidados de saúde e apoio social a pessoas em situação de dependência temporária, ou permanente, independentemente da idade e é com justificado regozijo que nos apraz registar que os serviços prestados são um exemplo a nível nacional, servindo inclusivé de referência a outras entidades.

Tendo como missão assegurar um conjunto de cuidados de saúde e/ou apoio social, promovendo a autonomia e melhorando a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, tem a LAHGO Continuados como visão, ser uma Unidade prestadora de cuidados continuados, numa perspectiva de proximidade, regendo-se por um conjunto de Princípios, como :

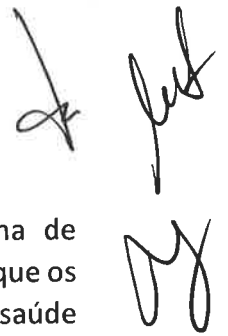
- a) A Humanização dos Cuidados
- b) A Ética Profissional
- c) A Qualidade e Eficiência
- d) O Envolvimento da Família
- e) A Continuidade e Proximidade de Cuidados
- f) O Rigor e Transparência
- g) A Responsabilidade
- h) E a Multidisciplinarietà e Interdisciplinarietà.

Igualmente, são Objectivos da LAHGO Continuados:

1. A prestação de cuidados continuados integrados a utentes que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência.
2. Esforçando-se pela melhoria das condições de vida e bem-estar dos seus utentes, através da prestação de cuidados continuados de saúde e/ou de apoio social e reabilitação, recuperação e reinserção dos utentes.
3. Da mesma forma, é objectivo da LAHGO, a melhoria contínua na prestação de cuidados e na gestão e organização da unidade,
4. Assim como a satisfação dos utentes em relação aos serviços prestados.
5. É ainda um objectivo da LAHGO, a satisfação dos profissionais em relação ao ambiente de trabalho, assim como o clima organizacional
6. Pugnando por garantir um desenvolvimento sustentável no plano social, ambiental, económico e financeiro,
7. Não esquecendo o desenvolvimento das competências técnicas, sociais e pessoais dos colaboradores, através de um programa de formação contínua.

Estes Princípios e Objectivos sempre devem estar e estão na primeira linha de preocupações do actual Conselho de Administração, pois não podemos esquecer que os destinatários da LAHGO Continuados, são utentes provenientes de instituições de saúde ou de solidariedade, da segurança social, assim como do domicílio, ou de outras respostas da Rede que careçam de cuidados continuados integrados em regime de internamento.

Acresce que, convém realçar, a LAHGO Continuados, tem uma capacidade total para 60 (sessenta) utentes, sendo 30 (trinta) na Tipologia de Longa Duração e Manutenção e 30 (trinta) em Média Duração e Reabilitação.

Handwritten signatures in black ink, located in the top right corner of the page. There are three distinct signatures, with the top two appearing to be 'J' and 'J' and the bottom one being 'M'.

VII UNIDADE RESIDENCIAL

A Unidade Residencial da LAHGO, é uma unidade composta por dois pisos, para efeitos de Prestação de Cuidados de Saúde, onde se procura responder a situações de alojamento temporário, ou permanente, para pessoas idosas em situação de menor, ou maior risco de perda de independência e/ou autonomia.

É assim que, o Piso Dois da Unidade Residencial, caracteriza-se por um local onde se prestam cuidados de saúde a pessoas idosas com doença crónica, mais ou menos controlada e com o intuito de residir na mesma, sendo por essa razão dotada de capacidade técnica, nomeadamente com a existência de um enfermeiro nos turnos da manhã e tarde.

Já o Piso Três desta mesma Unidade Residencial, tem uma capacidade de resposta para receber utentes com grande necessidade de cuidados de saúde especializados.

Este piso, pelas razões acima aduzidas, está equiparado a uma unidade de cuidados de média duração, ou unidade de convalescença, com uma capacidade de resposta que vai desde um quadro de convalescença, até um quadro de cuidados paliativos.

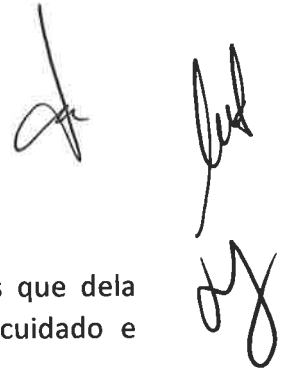
A Unidade Residencial, tem assim, como grande objectivo, a formação da qualidade dos cuidados de saúde prestados tanto no piso dois, como no piso três, independentemente da sua especificidade e complexidade.

Igualmente, outra não menos importante preocupação do nível organizacional, é o de manter todos os colaboradores desta Unidade, motivados e envolvidos no processo cuidativo e ao mesmo tempo comprometidos com aqueles que são os valores e a missão da Instituição, para que se continue a ter a grande maioria, senão mesmo todas as camas dos dois pisos, continuada e sistematicamente, sempre ocupadas.

VIII SAD - SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

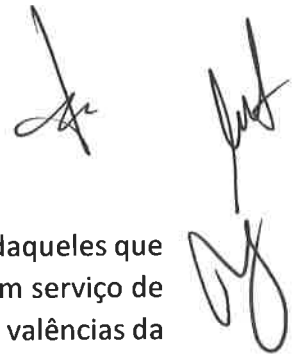
Esta é mais uma valência da LAHGO, em que o cuidado com os utentes que dela usufruem, deve ser um factor de cada vês maior reconhecimento do cuidado e satisfação em bem fazer.

A boa vontade, disponibilidade e laços criados, disponibilizados pela LAHGO a estes utentes específicos, assim como o sorriso que se lhes leva no dia-a-dia, são uma das melhores imagens que a Instituição pode transmitir a quem beneficia destes serviços.

Handwritten signatures in black ink, located in the top right corner of the page. There are three distinct signatures, one above the other.

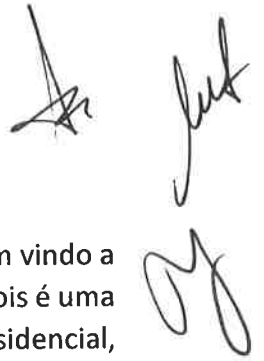
IX SERVIÇO DE PSICOLOGIA

Com esta valência, consegue a LAHGO chegar a uma área muito particular daqueles que são os objectivos da LAHGO, pois, pelas razões mais diversas, é prestado um serviço de especialidade com profissionais de excelência que, a exemplo das restantes valências da Instituição, transmite para todos aqueles que usufruem dos serviços da LAHGO uma imagem de apoio constante e exemplar, quer para jovens, quer para adultos e séniores que continua a ser uma referência no Concelho e não só.

Two handwritten signatures in black ink are located in the top right corner of the page. The signature on the left is a stylized, cursive 'A'. The signature on the right is a more complex, cursive signature, possibly 'Luis' or similar, with a large loop at the bottom.

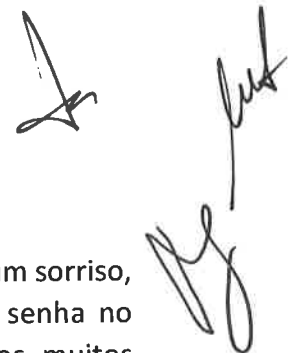
X FISIOTERAPIA

Esta é mais uma valência que a LAHGO disponibiliza aos seus utentes e que tem vindo a demonstrar ser um incentivo mais nos objectivos que norteiam a Instituição, pois é uma referência quer na Unidade de Cuidados Continuados, quer na Unidade Residencial, proporcionando não apenas a recuperação daqueles que dela necessitam, mas igualmente uma possibilidade de manutenção continuada, mesmo para todos os que residem nas instalações da Liga.

Three handwritten signatures in black ink are located in the top right corner of the page. The first signature is on the left, the second is in the middle, and the third is on the right, positioned below the second one.

XI VOLUNTARIADO

Estar presente quando necessário, nas ações mais simples como “oferecer” um sorriso, “estender uma mão”, ou simplesmente ajudar e explicar como tirar uma senha no Hospital Garcia de Orta para poder ser atendido, são apenas alguns dos muitos exemplos que os voluntários da LAHGO fazem e distribuem todos os dias, apenas pela vontade de ajudar e a satisfação de ter contribuído para reduzir um pouco, talvez, o sofrimento, ou a angústia diária de tantos quantos, por necessidade, ou urgência necessitam dos cuidados do Hospital Garcia de Orta, honrando assim da melhor forma possível o nome e imagem da Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta.

Two handwritten signatures in black ink, one above the other, located in the top right corner of the page.

XII RSI – Rendimento Social de Inserção

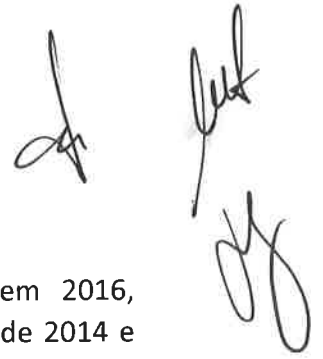
Nesta vertente social e independentemente de a LAHGO ter uma obrigação protocolar de servir cerca de 200 (duzentas) famílias, desde há algum tempo que prestamos serviço a 422 (quatrocentas e Vinte e Duas) famílias carenciadas do Concelho de Almada.



XIII EVOLUÇÃO PREVISÍVEL

Acreditamos que, independentemente do cenário que se encontrou em 2016, proveniente de todos os factores e incumprimentos decorrentes dos anos de 2014 e 2015, assim como aqueles que já se sabia existirem, derivados da falência da sociedade OBRECOL que iniciou os trabalhos de construção das presentes instalações e sua necessária substituição, com todos os custos e encargos que tal situação originou, ainda assim, acreditamos que a viabilidade e prossecução dos objectivos que estiveram na génese da Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta, continuam a ser possíveis de alcançar, bastando para tal uma análise optimista da Demonstração de Resultados referente a 2016, assim como o seu Balanço e respectivos Balancetes, os quais claramente mostram que, não fosse a situação de incumprimento com a Banca que acreditamos, a exemplo do que se passa com outras empresas no País, ser possível vir a estabelecer um novo plano e reestruturação, como acima se refere e assim ultrapassar as actuais dificuldades, tal como a continuada procura dos serviços que a Instituição presta, quer na sua vertente de Cuidados Continuados, quer na Unidade Residencial, acreditamos que a recuperação é possível, pois apesar das dificuldades encontradas, foi possível reduzir a dívida, os custos de manutenção e de pessoal, pois com menos, tem sido possível obter mais, mantendo a qualidade de serviço e, não fora os obstáculos supra referenciados, a Instituição estaria claramente num caminho de lucro e saldo positivo, expectativas que acreditamos não serem excessivamente optimistas.

Díficeis de alcançar, talvez, mas não impossíveis, pois existem novas valências em perspectiva, como protocolos com entidades da área de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho que pretendem iniciar as suas consultas nas instalações da Liga, iniciar um serviço de Centro de Dia que nos trará um aumento de utentes durante o período diurno, assim como um ainda melhor redimensionamento dos espaços existentes e que eventualmente ainda possam vir a ser cedidos à Liga, permitindo assim criar mais fontes de rendimento e dessa forma reforçar algum investimento no inventário, nomeadamente no sector da Ortopedia e da Parafarmácia, com as naturais e positivas consequências que daí poderiam e certamente advirão, em termos de futuro.



XIII LEGISLAÇÃO

Handwritten signatures in black ink, located in the top right corner of the page. There are three distinct signatures, with the largest one being a stylized 'M' or similar character.

**1. ACT - Autoridade para as Condições de Trabalho – Código do Trabalho e legislação
Conexa**

2. CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social

Lei Nº 76/2015 de 28 de Julho

Decreto-Lei Nº 172/2014 de 14 de Novembro

3. RSI – Rendimento Social de Inserção – Portaria Nº 5/2017

**4. SAD – Serviço de Apoio ao Domicílio – Portaria Nº 38/2013 do Instituto de Segurança
Social**

ATA Nº 38

Aos vinte e sete dias do mês de Março do ano de dois mil e dezassete, reuniu o Conselho de Administração da LAHGO, pelas dez horas, na sala de reuniões da Unidade Residencial, com a presença dos seguintes elementos: Pedro Cunha e Silva, Armando Barata, Maria de Lurdes Silva, Alfredo Oliveira, Luís Camoêças, António Costa, João Maduro, Presidente do Conselho Fiscal e Presidente da Assembleia Geral. A reunião teve a seguinte O.T.: Ponto Um Período antes da ordem de trabalhos, Ponto Dois Audição e colocação de algumas questões e pedidos de esclarecimento, ao Presidente do Conselho Fiscal, Ponto Três Reapreciação e deliberação sobre as propostas apresentadas pelas empresas de Higiene e Segurança e Saúde no Trabalho, Ponto Quatro Apreciação e votação de actas das reuniões do Conselho de Administração, Ponto Cinco Apreciação e Deliberação sobre as Contas de 2016, Ponto Seis Apreciação e Deliberação sobre o Relatório de Gestão e Atividades de 2016, Ponto Sete Apreciação dos pontos constantes da Ordem de Trabalhos para a Assembleia Geral da LAHGO no próximo dia 31 de Março de 2017, Ponto Oito Outros assuntos de interesse para a Instituição. -----

Ponto Um, o Presidente do C.A., sugeriu a alteração da mesma ordem de trabalhos passando o ponto cinco a ponto dois, o ponto seis a ponto três, o ponto dois a ponto quatro, o ponto sete a ponto cinco, o ponto três a ponto seis e o ponto quatro a ponto sete, proposta que foi aceite.

No mesmo ponto do período antes da ordem de trabalhos o Vogal, Alfredo Oliveira informou do resultado obtido na reunião da ARS, tendo sido proposto a alteração da Unidade Longa para Unidade de Convalescença, sendo que se a ARS não aceitasse propunha a alteração da Média.

Terá acrescido a Coordenadora da ECR/ARS que a área dos quartos não corresponde ao legalmente previsto não permitindo assim alterações dos quartos para três camas, verificando-se ainda a existência de instalações sanitárias em excesso para além de que qualquer alteração necessariamente necessitaria de alteração desta mesma Entidade e importaria custos elevados.

Mantendo-se assim as negociações com esta Entidade.

Ainda antes da ordem de trabalhos, informou a Tesoureira Maria de Lurdes que havia sido detetado apenas agora, no mapa do Banco de Portugal um Leasing Mobiliário de € 12.841,00 em dívida, que estará a ser pago mas que se desconhece de que forma e por quem correspondendo no entanto a um Leasing com um valor inicial de aproximadamente de €

Cópia

60.000,00, tendo sido aprovado que a Tesoureira diligenciasse por forma a que se descobrisse quem, quando e de que forma terá sido constituído o referido leasing.

No Ponto Dois, relativo à apreciação de deliberação sobre as contas de 2016 a Tesoureira, Maria de Lurdes elucidou os restantes elementos presentes sobre as mesmas, concluindo-se em termos de movimento e considerando as obrigações existentes que se obteve o lucro bruto de € 3.148.222,86 no movimento final do ano de 2016, confirmando-se assim um saldo superior de € 58.752,21 comparativamente a 2015, podendo-se considerar um resultado líquido negativo no valor de € 227.885,09.

Após apresentação das contas e do respetivo balanço foram as mesmas aprovadas por unanimidade.

Ponto Três, interveio neste ponto o Presidente do C.A. para sugerir algumas alterações ao relatório de gestão de 2016, em termos construtivos, por forma a incluir o mesmo alguns valores que melhor espelhassem o que se afirma, da mesma forma de que se deveria colocar algumas percentagens para melhor se especificar as afirmações constantes do referido relatório.

Apelou ainda para que se continue a fazer uma gestão racional e cada vez mais cuidada, nomeadamente em sede de custos com pessoal, assim como se torna difícil pelas dificuldades existentes, adquirir os necessários bens para efeitos de venda, nomeadamente na Parafarmacia e que naturalmente é prejudicial em termos de receitas não obtidas, para além de um historial de má gestão, especificamente naquela área em concreto.

Ponto Quatro, em termos de audição e esclarecimentos junto do Presidente do C.F., abordou este ponto em concreto o mesmo, entendendo manifestar a sua opinião pessoal de discordância quanto aos termos colocados neste ponto, pois que teria sido ele em representação do C.F. a colocar algumas questões ao Conselho de Administração não o inverso. Entendeu o vogal, Camoêças dos Anjos explicar o porquê de colocar a questão na ordem de trabalhos, tendo o Presidente do C. F. concordado que poderia ser uma questão de semântica mas que mesmo assim discordava dos termos em que a mesma havia sido transcrita na ordem de trabalhos.

Foi ainda transmitido pelo presidente do C. F. a sua opinião pessoal, de que dado o reduzido espaço de tempos se tornaria difícil apreciar e cabalmente dar o respetivo parecer em tempo útil, para poder ser apreciado na Assembleia Geral convocada para dia 31 de março de 2017.

Igualmente o Presidente da Assembleia Geral colocou a questão que desde dezembro de 2016 teria solicitado um mapa de pessoal atualizado e também correspondente a 2015 e que ainda não teria recebido o mesmo.

Cópia

Utilizou a palavra o vogal, Camoêsas dos Anjos, responsável pelos R.H. para informar que há pelo menos dois meses essa informação havia sido remetida por mail quer para o Presidente A.G. quer para o Presidente do C.F. em simultâneo, incluindo esse mapa não apenas a comparação do pessoal entre 2015 e 2016 mas igualmente o organigrama de todos os serviços assim como a indicação das respetivas chefias e coordenadores de cada um dos mesmos, tal como a identificação nominal de cada trabalhador em cada um dos serviços.

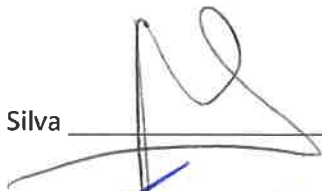
Dado o avançado da reunião foi sugerido e proposto pelo Presidente do C.A. de que se adiasse a realização da Assembleia Geral por um período nunca inferior a 45 dias, da mesma forma que manifestou a urgência e necessidade de aprovação pelo C.A. da apresentação de contas de 2016.

Em conformidade foram as contas de 2016 colocadas à votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade, sendo que, o prejuízo no montante de € 227.885,09 foi deliberado pelo C.A., que seja inscrito na rubrica de resultados de transitados.

Foi aprovado transitar para a próxima reunião os pontos cinco, seis e sete da presente ordem de trabalhos.

Nada mais havendo a tratar foi dada por terminada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por todos os que nela participaram. -----

Pedro Cunha e Silva



Armando Barata



Maria de Lurdes Silva



Alfredo Oliveira

Lúis Camoesas



António Costa

João Maduro

Demonstração Resultados

001 Liga Amigos Hospital Garcia de Orta
2805-286 Almada
502662590

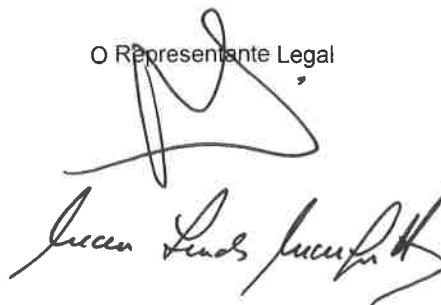
Anual

RUBRICAS	NOTAS	2016		2015	
Vendas e serviços prestados	8,1	3.856.249,50	4.216.408,63		
Subsídios à exploração	8,1	527.982,36	587.133,79		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	708.026,64	1.126.937,98		
Fornecimentos e serviços externos	8,2	992.816,10	1.196.929,31		
Gastos com o pessoal	8,2	2.255.761,83	2.292.715,39		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			5.163,50		
Aumentos/reduções de justo valor		2.315,62			
Outros rendimentos e ganhos	8,1	73.376,62	163.490,70		
Outros gastos e perdas	8,2	65.172,97	61.281,39		
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		438.146,56	284.005,55		
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,1	289.673,78	618.783,32		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		148.472,78	-334.777,77		
Juros e gastos similares suportados	6	376.357,87	467.072,92		
Resultado antes de impostos		-227.885,09	-801.850,69		
Resultado líquido do período		-227.885,09	-801.850,69		

Contabilista Certificado



O Representante Legal



Balanço

001 Liga Amigos Hospital Garcia de Orta
2805-286 Almada
502662590

Anual

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 dez 2016	31 dez 2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	9.852.159,63	10.140.645,51
Activos intangíveis	5	1.188,44	2.376,48
Investimentos financeiros	9,2	60.529,86	58.214,24
		9.913.877,93	10.201.236,23
Activo corrente			
Inventários	7	105.331,68	130.305,57
Clientes	9,3	176.482,50	361.191,24
Estado e outros entes públicos	9,5	771.406,30	952,60
Outras contas a receber	9,6	624.903,31	1.374.348,70
Diferimentos	9,8	3.129,93	3.129,93
Caixa e depósitos bancários	11,1	34.648,99	8.267,84
		1.715.902,71	1.878.195,88
Total do activo ...		11.629.780,64	12.079.432,11
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio			
Outras reservas	11,2	324.963,17	326.284,45
Outras variações no capital próprio	11,2	3.409.651,68	3.425.000,00
Resultados transitados	11,2	-2.327.775,84	-1.525.925,15
Resultado líquido do período	11,2	-227.885,09	-801.850,69
Total do capital próprio...		1.178.953,92	1.423.508,61
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11,3	7.970.527,99	7.123.232,93
Total do Passivo não Corrente		7.970.527,99	7.123.232,93
Passivo corrente			
Fornecedores	9,4	966.531,14	782.092,60
Estado e outros entes públicos	9,5	725.079,80	519.789,03
Financiamentos obtidos	11,3	77.469,53	1.126.900,13
Outras contas a pagar	9,7	711.218,26	1.103.908,81
Total do Passivo Corrente		2.480.298,73	3.532.690,57
Total do passivo...		10.450.826,72	10.655.923,50
Total do capital próprio e do passivo		11.629.780,64	12.079.432,11

Contabilista Certificado



O Representante Legal



LAHGO 31-12-2016

	dez-16	dez-15	Desvio
Existências Iniciais	130.304,57 €	217.412,44 €	-87.107,87 €
Compras	683.053,75 €	1.039.831,11 €	-356.777,36 €
Soma	813.358,32 €	1.257.243,55 €	
Existências Finais a 31-12	105.331,68 €	130.305,57 €	-24.973,89 €
CMVM	708.026,64 €	1.126.937,98 €	-418.911,34 €
Vendas	643.768,86 €	4.216.408,63 €	-3.572.639,77 €
Serviços Prestados	3.212.480,64 €		3.212.480,64 €
Lucro Bruto	3.148.222,86 €	3.089.470,65 €	58.752,21 €
Ganhos Aumento Justo Valor	2.315,62 €		
Outros Rendimentos Ganhos	73.376,62 €	163.490,70 €	-90.114,08 €
Subsidios Exploração	527.982,36 €	587.133,79 €	-59.151,43 €
Soma	3.751.897,46 €	3.840.095,14 €	-88.197,68 €
Fornecimentos e Serv Externos	992.816,10 €	1.196.929,31 €	-204.113,21 €
Gastos com pessoal	2.255.761,83 €	2.292.715,39 €	-36.953,56 €
Amortizações	289.673,78 €	618.783,22 €	-329.109,44 €
Outros gastos e perdas	65.172,97 €	61.281,39 €	3.891,58 €
Custos Financeiros	376.357,87 €	467.072,92 €	-90.715,05 €
Perdas por imparidade		5.163,50 €	-5.163,50 €
Soma	3.979.782,55 €	4.641.945,73 €	
Resultado Líquido do Exercício	-227.885,09 €	-801.850,59 €	573.965,50 €

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
Av. Prof. Torrado da Silva
HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590



ANEXO AO BALANÇO E DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1 - Identificação da Entidade

1.1 - Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta

1.2 - Lugar da sede social

Av. Prof. Torrado da Silva- Hospital Garcia de Orta

1.3 - Natureza da atividade

A LAHGO - Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) com estatutos publicados no Diário da República n.º 61, Série III, de 13 de Março de 1992 com sede em Av. Prof. Torrado da Silva - HGO.

No âmbito dos seus objetivos estatutários, tem como missão:

- a) Promover a assistência aos doentes durante os períodos de internamento hospitalar ou ambulatorio;
- b) Apoiar, mediante a concessão de bens e/ou prestação de serviços, os doentes mais carenciados e eventualmente, os seus familiares necessitados, na medida dos recursos financeiros disponíveis;
- c) Promover e apoiar iniciativas de carácter social, cultural e recreativo no âmbito hospitalar;
- d) Promover e responsabilizar-se pela execução de tarefas e pelo funcionamento de serviços mediante acordos a firmar com H. G. O.
- e) Promover, em colaboração com entidades oficiais quaisquer atividades ou prestações de serviços com vista à reinserção social de quaisquer indivíduos em situação de exclusão.
- f) Para a concretização e consolidação dos seus objetivos mais gerais a Instituição propõe-se

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
Av. Prof Torrado da Silva
HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590



continuar a atividade da Unidade Residencial, Unidade de Cuidados Continuados Integrados, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e outros equipamentos, serviços ou valências.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para o SNC aprovado pelo Decreto - Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o sistema de Normalização para o SNC é composto por:

- a) Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- b) Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015
- c) Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015
- d) NCRF - Aviso n.º 8256/2015
- e) Normas Interpretativas (NI)

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Há alguns saldos de fornecedores e outros devedores e credores, que, após a conciliação de extratos pedidos ao longo do ano, não coincidiam com os valores finais de 2015.

3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

- a) Bases de Apresentação

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
Av. Prof Torrado da Silva
HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590



As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

- b) Outras Políticas Contabilísticas
Não se aplica

3.2 – Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.3 - Regime do Acréscimo (periodização económica);

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

3.4 - Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
Av. Prof Torrado da Silva
HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590

3.4.1 – Compensação.

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.5 - Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas . Foram somente alterados, os critérios da taxa de amortização do edifício.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

Os ' Ativos Fixos Tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que ocorrem, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As grandes beneficiações (reparações) serão registadas como ativo fixo tangível (AFT).

As depreciações começam a ser registadas logo que o bem entre em funcionamento segundo o método das quotas constantes nos termos do Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro de 2009.

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
Av. Prof Torrado da Silva
HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos Tangíveis	Vida útil 2016	Vida útil 2015
Terrenos e Recursos Naturais	Não se aplica	Não se aplica
Edifícios e Outras Construções	50	20
Equipamento Básico	10	4
Equipamento de Transporte	4	4
Equipamento Administrativo	8	3
Equipamentos Biológicos	Não se aplica	Não se aplica
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

Dessa análise resultou uma alteração de vida útil dos imóveis, o que resultou numa diferença, para menos, no montante de 222.835,88€

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, corrigidas com o coeficiente de desvalorização monetária, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas ' Outros rendimentos operacionais' ou ' Outros gastos operacionais'.

QUANTIA ESCR.BRUTA	Saldo 31.12.2015	Adições	Revalor.	Alienações	Abates	Saldo 31.12.2016
Terrenos e Rec. Naturais	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
Edif. Outras Construções	7.551.093,36	0,00	0,00	0,00	0,00	7.551.093,36
Equip. Básico	810.073,72	0,00	0,00	0,00	0,00	810.073,72
Equip. Transporte	80.038,13	0,00	0,00	0,00	0,00	80.038,13
Equip. Administrativo	609.238,80	0,00	0,00	0,00	0,00	609.238,80
Equip. Biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	11.550.444,01	0,00	0,00	0,00	0,00	11.550.444,01

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
Av. Prof Torrado da Silva
HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590

4.1 – Amortizações e Depreciações Acumuladas

Descrição	Saldo inicial 31.12.2015	Reforço	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final 31.12.2016
Custo						
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	631.588,30	97.222,99	0,00	0,00	0,00	728.811,29
Equipamento Básico	408.690,38	73.820,89	0,00	0,00	0,00	482.511,27
Equipamento de Transporte	68.538,18	4.799,88	0,00	0,00	0,00	73.338,06
Equipamento Administrativo	246.824,56	112.642,12	0,00	0,00	0,00	359.466,68
Outros Ativos intangíveis	54.157,08	0,00	0,00	0,00	0,00	54.157,08
TOTAL	1.409.798,50	288.485,88	0,00	0,00	0,00	1.698.284,38

5 - Ativos Intangíveis

Os 'Ativos Intangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método das quotas constantes nos termos do Dec. - Regulamentar 25/2009, de 14 e Setembro de 2009.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos Intangíveis -	Vida útil (Anos)
Softwares de computadores	3
Copyrights, patentes e direitos prop. industr.	Não se aplica
Modelos, concepções e protótipos	Não se aplica
Ativos intangíveis em desenvolvimento	Não se aplica

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
Av. Prof Torrado da Silva
HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590



Descrição	Saldo inicial 31.12.2015	Reforço	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final 31.12.2016
Custo						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	2.376,64	1.187,90	0,00	0,00	0,00	3.564,54
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.564,54	0,00	0,00	0,00	0,00	3.564,54

6 - Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que ocorrem.

Descrição	2016	2015
Empréstimos Bancários	314.340,48	391.601,40
Locações Financeiras	4.106,00	6.890,67
Descobertos Bancários	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	10.341,22
Contas Bancarias de factoring	0,00	15.556,86
Contas Bancarias de letras aceites	1.576,22	24.355,79
Outros Empréstimos	56.335,17	18.326,98
TOTAL	376.357,87	467.072,92

7 – Inventários

Os 'Inventários' estão registados ao custo unitário aquisição.

Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários, o custo unitário de aquisição.

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
 Av. Prof Torrado da Silva
 HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590

Em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica 'Inventários' Apresentava os seguintes valores:

016				
Descrição	Inventário inicial	compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	130.304,57	683.053,75	0,00	105.331,68
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento por conta compras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	130.304,57	683.053,75	0,00	105.331,68
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	708.026,64
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	813.358,32

Custo das Mercadorias Vendidas

Descrição	2016	2015
Existências iniciais	130.304,57	217.412,44
Compras	683.053,75	1.039.830,11
Existências finais	105.331,68	130.304,57
Legados	0,00	0,00
TOTAL	708.026,64	1.126.937,98

8 – Rendimentos e Gastos

8.1 - Rédito

Para o ano de 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas de Bens	643.768,86	982.326,44
Prestações de Serviços	3.200.269,68	3.234.082,19
Quotas de utilizadores	0,00	0,00
Quotas e jóias	9.622,00	0,00
Outros serviços prestados	2.588,96	0,00
TOTAL	3.856.249,50	4.216.408,63

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
Av. Prof Torrado da Silva
HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590

Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu no ano de 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	518.580,51	511.071,87
Subsídios de outras entidades	9.401,85	76.061,92
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
TOTAL	527.982,36	587.133,79

Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de 'Outros rendimentos e ganhos' encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	5.548,50	39.490,63
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.556,91	1.431,47
Recuperação de dívidas a receber	0,00	1.750,00
Ganhos em inventários	916,50	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	16.500,00	1.815,00
Outros rendimentos e ganhos	46.854,71	119.003,60
TOTAL	73.376,62	163.490,70

Ganhos por Aumento de Justo Valor

Descrição	2016	2015
Ganhos em investimento financeiro (FCT)	2.315,62	0,00
TOTAL	2.315,62	0,00

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
Av. Prof Torrado da Silva
HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590



8.2 - Gastos

Fornecimento e Serviços Externos

A repartição dos ' Fornecimentos e serviços externos' nos períodos findos em 31 de Dezembro, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	5.273,37	0,00
Eletricidade	109.117,44	113.559,75
Combustíveis	23.516,10	31.222,16
Água	12.309,37	19.012,12
Outros Fluidos	3.154,16	0,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.344,15	5.538,16
Livros e documentação técnica	171,42	609,95
Material de escritório	17.664,85	9.260,88
Artigos para oferta	434,74	746,36
Rendas e alugueres	43.105,02	64.302,71
Despesas de representação	0,00	113,32
Comunicação	41.434,35	41.893,54
Seguros	12.413,38	15.312,08
Royalties	0,00	0,00
Transporte de mercadorias	0,00	0,00
Transporte de pessoal	128,70	0,00
Deslocações e estadas	10.159,96	2.142,16
Comissões	0,00	0,00
Honorários	577.979,52	659.210,83
Contencioso e notariado	1.174,00	1.836,85
Conservação e reparação	41.801,39	16.218,57
Publicidade e propaganda	738,00	4.817,79
Limpeza, higiene e conforto	35.697,24	63.121,78
Vigilância e segurança	6.359,27	20.430,67
Trabalhos especializados	43.204,93	113.733,66
Outros fornecimentos e serviços externos	1.634,74	13.928,79
TOTAIS	992.816,10	1.196.929,31

Gastos com Pessoal

O número de membros dos órgãos, no ano de 2016, foram 7.

Os órgãos diretivos não são remunerados.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 187

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
Av. Prof Torrado da Silva
HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590



Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1.797.513,70	1.862.762,10
Subsídio de Almoço e Transporte	39.572,67	0,00
Indemnizações	0,00	602,96
Encargos sobre as Remunerações	401.004,13	409.317,27
Seguros de acidentes de trabalho	7.736,25	12.632,53
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o pessoal	9.935,08	7.400,53
TOTAL	2.255.761,83	2.292.715,39

Outros gastos e perdas

A rubrica de 'Outros gastos e perdas' encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	1.138,84	11.676,08
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dividas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	64.034,13	49.605,31
TOTAL	65.172,97	61.281,39

Juros e Gastos Financeiros Suportados

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que ocorrem.

Descrição	2016	2015
Empréstimos Bancários	314.340,48	401.942,62
Loações Financeiras	4.106,00	6.890,67
Descobertos Bancários	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00
Contas Bancarias de factoring	0,00	15.556,86
Contas Bancarias de letras aceites	1.576,22	24.355,79
Outros Empréstimos	56.335,17	18.326,98
TOTAL	376.357,87	467.072,92

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
Av. Prof Torrado da Silva
HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590

9 – Provisões, ativos e passivos contingentes

Provisões

Não se aplica

9.1 - Ativos e Passivos Contingentes

Existem processos em contencioso em que alguns deles são contra a Entidade, estando a generalidade das responsabilidades reconhecidas nas contas de passivo, existindo acordos de pagamentos que estão a ser cumpridos.

Existe também o processo da dívida da Obrecol no montante de € 618.782,29, que já tem declaração de insolvência .

É entendimento do C.A. que eventuais responsabilidades não afetarão as demonstrações financeiras.

9.2 – Investimentos financeiros:

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os 'Investimentos Financeiros' são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

É dada informação complementar, tendo em conta os resultados das entidades participadas.

Quanto ao Fundo de Compensação de Trabalho o saldo em 31/12/2016, foi ajustado.

Descrição	2016	2015
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	38.727,35
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em outras entidades	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	38.727,35	38.727,35
Outros Métodos	0,00	0,00
Outros Gastos com o pessoal	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros Investimentos	21.802,51	19.486,89
Perdas por imparidade Acumuladas	0,00	0,00
TOTAL	60.529,86	58.214,24

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
Av. Prof Torrado da Silva
HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590

9.3 - Clientes

A conta de clientes encontram-se registadas pelo seu custo para assim retratar o valor realizável líquido.

Descrição	2016	2015
Clientes	176.482,50	361.191,24
TOTAL	176.482,50	361.191,24

9.4 – Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo da rubrica 'Fornecedores' é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores C/C	839.325,25	561.028,52
Fornecedores títulos a pagar	127.205,89	221.064,08
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
TOTAL	966.531,14	782.092,60

9.5 - Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de 'Estado e Outros Entes Públicos' está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o valor Acrescentado (IVA)	771.406,30	952,60
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	771.406,30	952,60
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o valor Acrescentado (IVA)	1.560,09	1.966,66
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	25.381,67	26.293,41
Segurança Social	661.971,76	490.633,22
Outros Impostos e Taxas (FCT e FGCT)	36.166,28	895,74
TOTAL	725.079,80	519.789,03

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
Av. Prof Torrado da Silva
HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590

9.6 – Outras contas a receber

A rubrica 'Outras contas a receber' tinha, em 31 de Dezembro de 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	6.120,52	755.565,91
Outros devedores - Obrecol	618.782,79	618.782,79
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Outros Gastos com o pessoal	0,00	0,00
TOTAL	624.903,31	1.374.348,70

9.7 – Outras contas a pagar

A rubrica 'Outras contas a pagar' desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Remunerações a pagar	168.442,84	105.741,55
Cauções	39.653,22	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	228.607,88
Credores por acréscimo de gastos	0,00	312.738,58
Outros credores	503.122,20	456.820,80
TOTAL	711.218,26	1.103.908,81

9.8 – Diferimentos

Descrição	2016	2015
Cauções de Renda	3.129,93	3.129,93
TOTAL	3.129,93	3.129,93

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
Av. Prof Torrado da Silva
HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590



10 - Subsídios e outros Apoio das Entidades Públicas.

A 31 de Dezembro de 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de 'Subsídios do Governo' e 'Apoios do Governo':

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo e Outros		
ARSLVT	518.580,51	511.071,87
Outra Entidades		76.061,92
Câmara Municipal de Almada e Outros	9.401,85	0,00
TOTAL	527.982,36	587.133,79

11 – Instrumentos Financeiros

11.1 - Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de 'Caixa e Depósitos Bancários', a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Caixa	903,10	3.875,23
Depósitos à ordem	33.745,89	4.392,61
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL	34.648,99	8.267,84

11.2 – Variações inscritas no capital próprio

Rubricas Capital Próprio	Saldo em 31.12.2015	Aumentos	Diminuições	Saldos em 31.12.2016
Capital social	0,00	0,00	0,00	0,00
Accções e quotas próprias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrum capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00
Prémios emissão	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	326.284,45	0,00	1.321,28	324.963,17
Resultados transitados	-1.525.925,15	0,00	801.850,69	-2.327.775,84
Excedentes Reval. A. Tan	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras vari. Capital próprio	3.425.000,00	0,00	15.348,32	3.409.651,68
Resultado líquido do exercício	-801.850,69	573.965,60	0,00	-227.885,09
TOTAL	1.423.508,61	573.965,60	818.520,29	1.178.953,92

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
Av. Prof Torrado da Silva
HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590

11.3 – Dívidas da Entidade Reconhecidas à data do balanço

Empréstimos obtidos

Descrição	Saldo Inicial em 31.12.2015	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo Final em 31.12.2016
Empréstimos Médio/Longo Prazo	7.729.437,57	68.794,35	0,00	0,00	7.770.527,99
Contas caucionadas CGD	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Empréstimos curto Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Livranças	95.193,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CGD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BCP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Leasings	125.355,00	0,00	47.885,47	0,00	77.469,53
Factoring	85.456,00	0,00	85.456,00	0,00	0,00
TOTAL	8.250.133,06	68.794,35	133.341,47	0,00	8.047.997,52

NOTA IMPORTANTE

O empréstimo de € 7.920.000,00 goza de aval pessoal, a saber:

O Presidente da Assembleia Geral, Ex. Presidente da Direcção, Dr. Fernando Neves e cônjuge e do Ex. Tesoureiro Dr. Humberto Ramalinho.

Impende sobre o edifício das unidades de Saúde um contrato de hipoteca a favor da CGD no montante de € 11.907.720,00.

À data de 31 de Dezembro de 2016, o montante em dívida era de € 7.685.685,52.

A conta caucionada até ao montante de € 200.000,00 goza de aval pessoal, a saber:

O Presidente da Assembleia Geral, Ex. Presidente Direcção, Dr. Fernando Neves e cônjuge e do Ex. Tesoureiro Dr. Humberto Ramalinho.

Impede sobre o edifício das Unidades de Saúde um contrato de hipoteca a favor da CGD no montante de € 294.700,00.

Está contratualizada junto do BCP uma linha de financiamento suportada por livrança no montante € 93.412,50 e goza de aval pessoal, a saber:

O Presidente da Assembleia Geral, Dr. Fernando Neves e da Tesoureira Maria de Lurdes Silva.

Este financiamento está garantido com hipoteca sobre os imóveis da Rua Quinta da Horta e Praceta Leonel Ferreira.

À data de 31 de Dezembro de 2016, o montante em dívida era de € 84.842,47.

✓

Liga de Amigos Hospital Garcia de Orta
Av. Prof Torrado da Silva
HGO

2805-286 Almada
Contribuinte N° 502 662 590

12 – Benefícios dos Empregados

O numero de membros dos órgãos, no ano de 2016, foram 7.

Os órgãos diretivos não são remunerados.

O numero médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 187

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1.837.086,37	1.862.762,10
Benefícios Pós emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	602,96
Encargos sobre as Remunerações	401.004,13	409.317,27
Seguros de acidentes de trabalho	7.736,25	12.632,53
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o pessoal	9.935,08	7.400,53
TOTAL	2.255.761,83	2.292.715,39

13 – Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27/03/2017.

Almada, 31/03/2017

Contabilista Certificado



Representante Legal



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS NOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	NOTAS <i>11.1</i>	2016	2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		4.560.248	4.728.934
Pagamentos a fornecedores		(1.491.431)	(2.363.603)
Pagamentos ao pessoal		(2.300.102)	(2.053.744)
Caixa gerada pelas operações		768.715	311.586
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		64.768	369.985
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		833.483	681.571
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(228.608)	(84.973)
<i>Ativos fixos intangíveis</i>		-	-
<i>Investimentos financeiros</i>		-	-
Recebimentos provenientes de:			
<i>Investimentos financeiros</i>			
<i>Subsídios ao investimento</i>		-	-
<i>Juros e rendimentos similares</i>		-	-
<i>Dividendos</i>		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(228.608)	(84.973)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Realização de capital e instrumentos de capital próprio</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(202.136)	(154.956)
<i>Juros e gastos similares</i>		(376.358)	(467.073)
<i>Dividendos</i>		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(578.494)	(622.029)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		26.381	(25.431)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	8.268	33.699
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	34.649	8.268

Contabilista Certificado

Jorge Luis Carrizosa
CC 23702

O Representante Legal

X

Juan Luis Fuentes

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31-12-2016
(montantes em euros)



NOTAS	Capital Realizado	Ações(quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
13						326,284,45 €	1,525,925,15-			3,425,000,00 €	801,850,69-	1,423,508,61		1,423,508,61
7						1,321,28-	801,850,69-			15,348,32-	801,850,69 €	16,669,60-		16,669,60-
8											227,885,09-	227,885,09-		227,885,09-
10						324,963,17	2,327,775,84-			3,409,651,68	227,885,09-	1,178,953,92		1,178,953,92
6+7+8+10														

NOTAS	Capital Realizado	Ações(quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
13						326,284,45	297,190,38-			3,475,000,00	1,228,734,77-	2,275,359,30		2,275,359,30
2							1,228,734,77-			50,000,00-	1,228,734,77	50,000,00-		50,000,00-
3											801,850,69-	801,850,69-		801,850,69-
4=2+3														
5						326,284,45	1,525,925,15-			3,425,000,00	801,850,69-	1,423,508,61		1,423,508,61
6=1+2+3+5														

À
OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, S.R.O.C., LDA.
Avenida da Liberdade, n.º 245 – 8º, A,B e C
1250-143 Lisboa

Laranjeiro, 2 de Maio de 2017

Exm^{os} Senhores,

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito do exame às nossas demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2016, efetuado com a finalidade de expressar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, conducente à emissão da respetiva Certificação Legal das Contas.

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, aplicados de forma consistente entre os exercícios, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar fraudes, eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos que (tanto quanto é do nosso conhecimento e convicção, tendo feito as indagações que considerámos necessárias com a finalidade de nos informarmos apropriadamente):

Demonstrações Financeiras

- Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização

Contabilística. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma apropriada de acordo com essas normas.

- Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.
- Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória respetiva.
- Não existem:
 - Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao sector, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;
 - Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser provisionados nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;
 - Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capita subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
 - Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
 - Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade;
- A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.
- Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com os requisitos das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

- Todos os acontecimentos subsequentes à data das demonstrações financeiras e relativamente aos quais as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística exige ajustamento ou divulgação foram ajustados ou divulgados.
- Os efeitos de distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou em agregado, para as demonstrações financeiras como um todo.

Informação Disponibilizada

- Disponibilizámo-vos:
 - Acesso a toda a informação de que temos conhecimento relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como registos de 2016, documentação acumulada em 2016 e outras matérias;
 - A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria; e
 - Acesso sem restrições às pessoas da Entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria.
- Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras.
- Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.
- Demos-vos conhecimento de toda a informação em relação a fraude ou a suspeita de fraude de que tivemos conhecimento e que afete a Entidade envolvendo:
 - O Conselho de administração;
 - Empregados com cargos importantes no controlo interno; ou,
 - Outros, quando a fraude possa ter um efeito material nas demonstrações financeiras.
- Demos-vos conhecimento de toda a informação em relação com alegações de fraude ou de suspeita de fraude que afete as demonstrações financeiras da Entidade, comunicadas por empregados, ex-empregados, analistas, reguladores ou outros.

- Demos-vos conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.
- Não existem outros advogados ou sociedades de advogados que nos prestem serviços para além daqueles para os quais V. Exas. solicitaram pedido de informação sobre litígios e outras responsabilidades. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações relatadas nas repostas dos advogados.
- Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.
- Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.
- Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
- Não temos projetos ou intenções (exceto quanto ao indicado nas demonstrações financeiras e seus anexos):
 - que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
 - que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;

- de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de existências, nem perdas de valor de ativos.
- Colocámos à disposição dos representantes da vossa firma as atas respeitantes à Assembleia Geral e Conselho de Administração, as quais constituem um resumo completo de todos os assuntos tratados em todas as reuniões mantidas entre 1 de janeiro de 2016 e 28 de março de 2017 pelos órgãos sociais da Entidade.
- Demos-vos conhecimento da identidade das partes relacionadas da Entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

Responsável pela contabilidade



Pelo Conselho Administração





OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERREZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da LAHGO - LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL GARCIA DE ORTA, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 11.629.781 euros e um total de capital próprio de 1.178.954 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 227.885 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 6 da secção "Bases para a opinião com reservas", e exceto quanto aos efeitos das matérias referidas nos números 7 a 11 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da LAHGO - LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL GARCIA DE ORTA, em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1. A informação disponível relativamente aos bens do ativo fixo não contém o detalhe suficiente para nos habilitar a concluir quanto à razoabilidade das quantias das rubricas "Ativos fixos tangíveis" e "gastos de depreciação e de amortização".
2. A conta de investimentos financeiros inclui uma participação de 50% na sociedade LAHGO ORTOPEDIA - ARTIGOS ORTOPÉDICOS E HOSPITALARES, LDA, valorizada em 38.727 euros. Esta entidade não dispõe de contas auditadas. Face aos elementos disponibilizados e informações obtidas não há qualquer garantia de recuperação deste ativo e não se encontra reconhecida qualquer perda por imparidade.



1 de 6



3. A quantia a receber do *Estado e Outros Entes Públicos* inclui 746.132 euros de reembolsos de IVA solicitados e indeferidos pela AT, com processo em contencioso. Procedemos à circularização dos vários advogados da Entidade não tendo, até à data, recebido retorno sobre o estado e perspetivas de evolução deste processo em concreto.
4. A rubrica *Outras variações no capital próprio* inclui a quantia de 2.500.000 euros referente à capitalização de um terreno doado, não nos tendo sido disponibilizado o suporte para a avaliação do mesmo.
5. A Entidade não dispõe de acesso à informação contabilística (física e digital) dos últimos dois exercícios. Além dos constrangimentos daqui decorrentes para o dia a dia do Departamento financeiro, poderão emergir daqui contingências de vária ordem, com consequências financeiras, em termos fiscais, em termos de financiamento da atividade, e de índole jurídico-laboral que não conseguimos quantificar.
6. No exercício de 2016, foram transferidos diversos saldos transitados de 2015 (devedores e credores) com origem em diferentes contas, para uma conta específica denominada "acertos", sem um suporte justificativo adequado. Essa conta apresentava, em 31 de dezembro de 2016, um saldo de 12.353 euros e constava da rubrica *Outras Contas a Pagar*. Face à sua quantidade e natureza, não nos é possível avaliar, o impacto futuro, se algum, de tais movimentos nas demonstrações financeiras.
7. A rubrica *Outras Contas a Receber* inclui a quantia de 618.783 euros pagos à sociedade OBRECOL, S.A. em anos anteriores. A LAHGO não reconheceu perdas por imparidade relativamente a esta dívida, tendo já sido declarada a insolvência desta sociedade.
8. A rubrica de *Financiamentos Obtidos* (7.970.528 euros de Passivo Não Corrente e 77.470 euros de Passivo Corrente) mostram-se superiores em 35.300 euros aos valores das respostas obtidas via circularização. Deste montante de passivo, a quantia de 7.654.067 euros respeita a um financiamento de médio e longo prazos obtido junto da CGD e que se encontra em incumprimento, estando por reconhecer 296.000 euros de juros e imposto de selo. A quantia apresentada como Passivo corrente é insuficiente em 1.744.000 euros (valor em excesso no Passivo Não Corrente).
9. A LAHGO é ré em diversos processos que correm nos tribunais. Da análise às respostas obtidas dos advogados concluímos que existem responsabilidades não refletidas no Balanço no montante de 152.000 euros.

10. No processo de encerramento de contas a LAHGO não teve em consideração a especialização de diversos gastos. Assim o resultado líquido do exercício, o capital próprio e o passivo não se encontram influenciados pelos seguintes gastos: FSE – 46.000 euros; Gastos com o pessoal (estimativa) – 265.000 euros.
11. A LAHGO recebeu da ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. uma comparticipação de 750.000 euros, para a construção da Unidade de Cuidados Continuados Integrados ao abrigo do Programa Modelar, que afetou a rubrica *Outras variações no capital próprio*, tendo vindo a reconhecer o ganho decorrente do apoio na medida da depreciação do ativo correspondente. Face ao incumprimento da alínea b) do n.º 2 da cláusula IX do contrato celebrado em 5 de Junho de 2010, a LAHGO está na contingência de rescisão contratual com a consequência da devolução do apoio recebido, não tendo divulgado a mesma no seu Relatório e Contas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

INCERTEZA MATERIAL RELACIONADA COM A CONTINUIDADE

Conforme se depreende da leitura do Relatório e Contas, a Entidade enfrenta constrangimentos na sua atuação que, não sendo devidamente ultrapassados podem colocar em causa o cumprimento do seu objeto social, sendo de destacar a urgência da reestruturação financeira com a Banca, a resolução de vários processos em contencioso, o restabelecimento dos planos prestacionais com a Segurança Social e a recuperação da informação de gestão dos exercícios anteriores a 2016.





ÊNFASES

Conforme divulgado no Relatório de Gestão, existem dívidas em mora à segurança social e aos empregados, nos montantes de 697.672 euros e 168.443 euros, respetivamente. No caso da segurança social os acordos de regularização em prestações não estão a ser cumpridos. Em relação ao pessoal não existem acordos formalizados.

De acordo com a Nota 2 do Anexo a LAHGO adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em 2016. Até ao exercício anterior a Entidade vinha adotando a NCRF-ESNL. Esta transição não teve impactos na informação apresentada.

No exercício de 2016 a Entidade procedeu à alteração das taxas de amortização de alguns bens, situação que reduziu as amortizações em cerca de 50% do registado em 2015, aproximando-se agora do montante de 2014. A comparabilidade das demonstrações financeiras encontra-se, por esta via, afetada.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão e atividades nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Conselho Fiscal é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão e de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

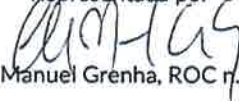
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E DE ATIVIDADES

Em nossa opinião, o relatório da gestão e de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Lisboa, 2 de maio de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERPAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTAVIO CARVALHO VILACA

Ao
Conselho de Administração da
LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL GARCIA DE ORTA
Hospital Garcia de Orta
Av. Prof. Torrado da Silva
2805-286 ALMADA

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO DE 2016

I. INTRODUÇÃO

No desempenho das nossas funções de revisão efetuada às contas da vossa Instituição, referente ao exercício de 2016, emitimos o presente Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria (RCRA).

II. ÂMBITO

Procedemos à revisão da LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL GARCIA DE ORTA (LAHGO) e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

Em consequência do exame efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, com data de hoje, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

III. TRABALHOS EFETUADOS

Ao longo do exercício e em especial durante o período em que decorreram as operações de determinação dos resultados e encerramento das contas, efetuámos diversos procedimentos e verificações, dos quais destacamos:

1 de 16

- Acompanhamento da gestão da Entidade através de reuniões efetuadas com responsáveis da sua gestão e dos respetivos serviços;
- Obtenção de diversos esclarecimentos e documentação, solicitados junto dos serviços competentes da Entidade;
- Análise das políticas e critérios contabilísticos adotados pela Entidade, em especial no que se refere à sua adequação, consistência e conformidade com as normas aplicáveis;
- Verificação da conformidade da informação financeira com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- Verificação da conformidade dos registos contabilísticos com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro aplicáveis;
- Análise e teste das contas a receber e da antiguidade dos saldos, tendo em vista apurar a sua correta extensão e concluir acerca de eventuais perdas e/ou reversões por imparidade;
- Análise e teste das contas a pagar, tendo em vista o apuramento da correta extensão dos saldos e a exigibilidade das dívidas;
- Análise e testes das contas com o Estado e outros entes públicos, tendo em vista evitar eventuais contingências fiscais;
- Análise e testes das contas de Investimentos, tendo em vista a adequação do método de reconhecimento adotado, apurar eventuais mais ou menos-valias e concluir acerca da necessidade de serem reconhecidas perdas e/ou reversões por imparidade;
- Testes a diversas contas de Gastos e de Rendimentos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, periodização e conformidade com as normas aplicáveis. Comparação com os saldos do período homólogo;

IV. PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES SOBRE OS TRABALHOS EFETUADOS

Em resultado do exame efetuado, julgamos serem de realçar as seguintes situações (valores em euros):

Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31.12.2016
Terrenos e recursos naturais	2.500.000
Edifícios e outras construções	7.551.093
Equipamento básico	810.074
Equipamento de transporte	80.038
Equipamento administrativo	449.914
Outros ativos fixos tangíveis	159.325
Total Ativo Bruto	11.550.444
Depreciações acumuladas	1.698.284
Total	9.852.160

No presente exercício, esta rubrica não registou qualquer variação na quantia bruta. Apenas foram contabilizadas as amortizações do exercício tendo por base os mapas fiscais, por grupos homogêneos.

A Entidade não dispõe de um ficheiro de imobilizado detalhando bem a bem, o custo de aquisição, o valor residual, o valor das amortizações de exercícios anteriores e do exercício corrente, o período de vida útil estimado e o início de utilização. Esta informação mostra-se fundamental para nos habilitar a avaliar a adequabilidade dos valores inscritos nesta rubrica, assim como dos gastos com as depreciações do exercício (288.486 euros) e respetivas depreciações acumuladas.

A Entidade procedeu à inventariação dos bens e à sua identificação, sala a sala. Foi um trabalho de extrema importância que deverá ser complementado com a valorização dos mesmos. A soma de todos os bens inventariados, devidamente valorizados, terá de ser reconciliada com os totais dos ativos constantes do balanço.

Deverão ser definidas regras quanto às autorizações e comunicações de abates, bem como de transferências de imobilizados entre instalações.

Investimentos Financeiros

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	31.12.2016
LAHGO ORTOPEDIA – ARTIGOS ORTOPÉDICOS E HOSPITALARES, LDA	38.727
FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO (FCT)	21.803
Total	60.530

Da análise efetuada salientamos o seguinte:

- O investimento registado na LAHGO ORTOPEDIA, sem variação no exercício, respeita à participação de capital detida nesta entidade e corresponde a uma quota de 50%. Esta entidade não dispõe de contas auditadas. Face aos elementos disponibilizados e informações obtidas não há qualquer garantia de recuperação deste ativo e não se encontra reconhecida qualquer perda por imparidade.
- O valor relativo ao FCT, respeita ao registo das contribuições efetuadas para este fundo. A valorização em 31.12.2016 teve em conta o valor disponível no site da entidade para essa data.

Inventários

De acordo com os registos contabilísticos, os inventários a 31 de dezembro de 2016 apresentavam o seguinte detalhe:

Descrição	31.12.2016
Farmácia	27.399
Lahgo Ortopedia	24.560
Parafarmácia (Lahgo Saúde)	18.841
Aprovisionamento	18.736
Cozinha + Sala	9.763
Limpeza + Lavandaria	2.743
Restantes (< €2.500)	3.288
Total	105.332

Na realização do nosso trabalho, constatámos que a Instituição não adota o Sistema de inventário permanente.



À semelhança do exercício anterior, não nos foi disponibilizada informação acerca da comunicação à Autoridade Tributária (AT) dos inventários com referência a 31 de dezembro de 2016.

De um ponto de vista de controlo interno entendemos que deverão ser definidos e divulgados procedimentos de comunicação entre a contabilidade e os armazéns no que respeita a:

- Instruções de inventário;
- Tratamento de diferenças de entrega/entregas parciais;
- Valorização de devoluções;
- Falhas;
- Quebras; e
- Sobras.

Clientes

De acordo com os registos contabilísticos, esta rubrica apresentava a seguinte repartição, à data do balanço:

Descrição	31.12.2016	%
ARS	90.228	51,1%
Utentes UR	47.654	27,0%
ISS, IP	22.963	13,0%
Utentes UCCI	9.818	5,6%
Utentes SAD	4.540	2,6%
Restantes (< €2.000)	1.279	0,7%
Total	176.483	100,0%

Os saldos relativos à ARS e ao ISS, I.P., no total de 113.191 euros, representam cerca de 64% da rubrica e respeitam à faturação do mês de Dezembro de 2016, tendo sido recebidos no início de 2017.



Estado e outros entes públicos

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	Ativo	Passivo
Retenção de Impostos s/ Rendimento		25.382
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	769.440	1.560
Contribuições p/ a Segurança Social (S.S.)		697.672
Outros impostos	1.967	466
Total	771.406	725.080

A quantia de Iva a receber decompõe-se como segue:

Descrição	Valor
Iva Reembolsos pedidos	746.132
Iva Suportado	15.101
Iva dedutível	8.057
Iva a recuperar	150
Total	769.440

A conta de Iva - *reembolsos pedidos* inclui o montante de IVA solicitado e indeferido em exercícios anteriores, reclassificado em 2016 da rubrica "Outros ativos correntes", e que se encontra em contencioso. Procedemos à circularização dos vários advogados da Entidade não tendo, até à data, recebido retorno sobre o estado e perspetivas de evolução deste processo em concreto.

O IVA suportado é relativo aos consumos da cozinha. Aguardamos ainda o comprovativo do pedido de reembolso.

Relativamente às contas de IVA dedutível (8.057 euros), Iva - a recuperar (150 euros) e Iva - a pagar (1.560 euros) sugerimos uma conferência exaustiva das mesmas com vista à sua regularização.

O saldo em dívida relativo às "Contribuições p/ a Segurança Social" resulta de:

Descrição	Valor
Saldo a 31.12.2015	490.633
Valor resultante dos processamentos de ordenados	539.357
Encontros de Contas (Retenções efetuadas pelo ISS aquando os pagamentos no âmbito dos protocolos em vigor)	-368.019
Juros/ custas (referidos nas notificações recebidas em nov/2016, com dívida apurada até out/2016)	35.700
Saldo a 31.12.2016	697.672

Conforme informação dos serviços, os acordos de pagamento prestacionais com o ISS, que se encontravam em vigor em 2015, foram revogados por motivo de incumprimento. Neste momento encontra-se em fase de negociação um novo acordo de pagamento.

OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	31.12.2016
Fornecedores de investimentos	622.350
Outros devedores	2.553
Total	624.903

Da análise efetuada há a salientar que os *Fornecedores de investimentos*, englobam essencialmente o saldo devedor da OBRECOL, S.A. - 618.783 euros - transitado de exercícios anteriores. Esta Entidade foi já declarada insolvente não tendo ainda sido reconhecida qualquer perda por imparidade. No âmbito do processo de circularização de advogados da Instituição não foi obtida qualquer informação atualizada sobre este tema.

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

As disponibilidades constantes do Balanço decompõem-se como segue:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015	Varição
Caixa	903	3.875	(2.972)
Depósitos à ordem	33.746	4.393	29.353
Total	34.649	8.268	26.381



O valor de caixa, à data do Balanço, mostra-se concordante com o controlo "em excel" feito por uma funcionária da contabilidade.

As quantias dos *Depósitos à ordem* respeitam a depósitos nas seguintes instituições:

Descrição	Montante	Resposta de Circularização	Diferença
BCP	33.685	33.685	0
CGD	60	17.849	(17.789)
Total	33.746	51.535	(17.789)

De acordo com informação dos serviços, não foram efetuadas reconciliações bancárias durante o exercício de 2016.

Constatamos que parte significativa do movimento financeiro se processa por "cash", tanto nos recebimentos como nos pagamentos.

A Entidade, segundo informações obtidas está inibida de uso de cheques.

De um ponto de vista de controlo interno sugerimos que:

- a utilização de numerário seja restringida ao mínimo indispensável;
- os recebimentos em numerário sejam objeto de depósito diário e integral;
- as caixas funcionem em sistema de fundo fixo;
- O limite de cada fundo fixo seja limitado às necessidades habituais;
- A reposição dos fundos fixos seja feita por cheque à ordem do responsável do fundo e contra a entrega de documentos legalmente emitidos e aprovados;
- existam contagens regulares de caixa;
- se proceda a reconciliações bancárias mensais de todas as contas bancárias existentes e estas sejam devidamente formalizadas, aprovadas e sejam regularizadas as diferenças ajustáveis.

Capital próprio

Esta rubrica apresentava a seguinte decomposição e evolução:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015	Variação
Outras reservas	324.963	326.284	(1.321)
Resultados transitados	(2.327.776)	(1.525.925)	(801.851)
Outras variações no capital próprio	3.409.652	3.425.000	(15.348)
Resultado líquido do período	(227.885)	(801.851)	573.966
Total	1.178.954	1.423.509	(244.555)

As "Outras variações no capital próprio" incluem o seguinte:

Descrição	Valor
Subsídio ARSLVT	678.402
Subsídio CM ALMADA	231.250
Doações	2.500.000
Total	3.409.652

O subsídio ARSLVT respeita a um apoio financeiro obtido, via "Contrato Modelar" celebrado em junho de 2010, no montante de €750.000, para construção do edifício do "LAR / UCCI".

A instituição tem vindo a reconhecer o ganho decorrente do apoio recebido na medida da depreciação do ativo correspondente. Pela análise do referido contrato, constatámos que face ao incumprimento da alínea b) do n.º 2 da cláusula IX, a LAHGO está na contingência de rescisão contratual com a consequência da devolução do apoio recebido, não estando esta situação devidamente divulgada no Relatório e Contas.

O subsídio da C. M. ALMADA, registado nesta rubrica, transita de exercícios anteriores. De acordo com informação dos serviços, o valor atribuído ascendeu a 250.000 euros. A LAHGO não dispõe de qualquer suporte documental associado à atribuição deste subsídio, desconhecendo-se a existência de obrigações associadas ou eventuais contrapartidas. Até ao exercício de 2015, deste montante, foram reconhecidos em resultados 18.750 euros.

A quantia de Doações respeita a um terreno doado pela C. M. ALMADA, através de escritura pública, para construção do edifício do "LAR/ UCCI".

A LAHGO não dispõe de uma avaliação independente que justifique a valorização do terreno em 2 500 000 euros, cujo VPT, determinado no ano de 2016, é de 1.205.994 euros.

As Contas de 2015 foram aprovadas na Assembleia Geral realizada a 22/07/2016. No entanto, a ata respetiva - nº 72 - não faz qualquer referência à aplicação do resultado líquido do exercício, o qual, foi integralmente aplicado em resultados transitados.

Passivo (corrente e não corrente)

O Passivo da LAHGO apresentava, à data do Balanço, o seguinte detalhe e evolução face ao ano transato:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015	Varição
Financiamentos obtidos	8.047.998	8.250.133	(202.136)
Fornecedores	966.531	782.093	184.439
Estado e outros entes públicos	725.080	519.789	205.291
Outras dívidas a pagar	711.218	1.103.909	(392.691)
Total	10.450.827	10.655.924	(205.097)

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	Entidade	Passivo não corrente	Passivo corrente	Total	Valor Confirmado	Diferença
Empréstimo Bancário	CGD	6.128.761	1.556.924	7.685.686	7.654.067	31.618
Conta corrente caucionada	CGD	0	200.000	200.000	200.000	0
Empréstimo Bancário	BCP	73.721	11.122	84.842	84.842	0
Contratos Leasing	CGD Leasing	23.642	53.828	77.470	73.789	3.680
Total		6.226.124	1.821.873	8.047.998	8.012.699	35.299

De acordo com a informação bancária obtida no processo de circularização, o empréstimo bancário contraído junto da CGD encontra-se em incumprimento. A dívida vencida ascende a 802.639 euros, à data de 31 de dezembro de 2016. Encontram-se por reconhecer juros e imposto do selo, que estimamos em cerca de €296.000.

A conta corrente caucionada encontra-se utilizada pelo montante máximo contratado e mostra-se concordante com a informação bancária.

O empréstimo bancário celebrado com o BCP em 22 de fevereiro de 2016, pelo prazo de 60 meses, resulta de renegociação de dívidas, e encontra-se em situação regular e concordante com a informação bancária.

Os contratos de leasing respeitam a seis contratos celebrados com a CAIXA LEASING E FACTORING em 2013 (para aquisição de equipamento diverso), com vencimento em 2018.

Para efeitos de apresentação do Balanço, a instituição considerou no passivo corrente, apenas, o montante de 77.470 euros quando as responsabilidades de curto prazo ascendem a 1 821 873 euros, conforme quadro acima apresentado.

FORNECEDORES

Dos diversos saldos que compõem esta rubrica, destacam-se os seguintes:

Descrição	31.12.2016
UNISELF LDA	281.629
CONVATEC -KVTECH PORTUGAL	88.521
HASSE	41.754
SPCARELDA	37.979
CANNON	34.335
HOSPITALGARCIA DE ORTA	30.812
FRUPROGRESS	24.409
BBRAUNMEDICALLDA	22.173
SERROALTO	21.320
SEGURFORCELDA	19.299
MANUTAN	17.574
AMADEUPEREIRACARDOSOSOCU NIPESOALLDA	15.552
PTEMPRESAS-MEO	15.196
	650.553
	67%

Procedemos à circularização de doze entidades, incluindo 8 das acima indicadas. Obtivemos quatro respostas concordantes e uma discordante (diferença insignificante).

No caso do fornecedor Cannon, existem compromissos assumidos de liquidação direta ao BNP Paribas Lease Group, SA. Os mesmos constam do mapa de responsabilidades de crédito do Banco de Portugal.

No âmbito da realização do nosso trabalho, identificámos outras faturas de fornecedores por contabilizar à data de 31 de dezembro de 2016, no montante de 46.000 euros.

Do ponto de vista do controlo interno a Instituição deverá:

- Proceder com regularidade à conferência de saldos com terceiros, solicitando aos mesmos o extrato de conta;
- No final do exercício, com vista a um efetivo corte de operações, a Instituição deve estabelecer um prazo limite para aceitação de faturas dos fornecedores e comunicar o mesmo atempadamente a todas as entidades;
- Solicitar internamente informação valorizada das encomendas de bens e serviços rececionadas no final do ano e cujas faturas não tenham sido ainda contabilizadas. Registrar as mesmas por contrapartida da conta Fornecedores c/ faturas em receção e conferência.
- Estabelecer canais internos de comunicação de responsabilidades assumidas e a assumir no futuro de forma a se acautelarem previamente as necessidades de tesouraria e os prazos de exigibilidade dos fornecedores e entidades financeiras.

OUTRAS CONTAS A PAGAR

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição e evolução:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015	Varição
Pessoal	168.443	105.742	62.701
Fornecedores de investimentos	240.724	228.608	12.116
Credores por acréscimos	0	312.739	(312.739)
Outros credores	302.052	456.821	(154.769)
Total	711.218	1.103.909	(392.691)

A Instituição apresenta dívidas em mora ao pessoal, parte já transitada de 2015.

De acordo com as informações obtidas internamente, ainda não há acordos formalizados para liquidação das mesmas. No valor acima incluem-se 138.644 euros do processamento de Dezembro de 2016, liquidado em 2017. Para a diferença, a Instituição tem como objetivo conceder dias de férias extra como forma de pagamento.

Os fornecedores de investimentos incluem entre outros, os seguintes saldos:

Hill Room, Lda	94.972
Proman SA	56.580
Ecozima Lda	24.827
Acertos 2015	<u>12.353</u>
	<u>188.732</u>
	78,4%

A PROMAN S.A. respondeu ao pedido de confirmação de saldos de forma concordante.

A conta de credores por acréscimos apresenta saldo nulo em 31 de Dezembro de 2016, enquanto em 31 de Dezembro de 2015 evidenciada responsabilidades de 312.739 euros.

O trabalho que desenvolvemos leva-nos a concluir que as responsabilidades não especializadas ascendem a pelo menos 271.000 euros, sendo 265.000 euros de estimativa de férias e subsídio de férias e respetivos encargos sociais.

A conta de "Acertos 2015" engloba diversos saldos (devedores e credores) transitados de 2015, com origem em diferentes contas, resultado de um processo interno de regularização. Estes movimentos não têm um suporte documental que justifique a adequabilidade da regularização, não sendo possível avaliar em que medida poderão emergir desta conta, outras correções com impacto em resultados ou capitais próprios.

Em nossa opinião, tais conferências devem ser efetuadas com solicitação de dados a entidades terceiras (devedores e credores). Só pela análise rigorosa às diferenças emergentes do processo de comparação da informação externa obtida com a informação existente internamente, é que se poderão extrair conclusões e correções.

Em Outros Credores incluem-se maioritariamente cauções, dividas a prestadores de serviços, sindicatos e responsabilidades decorrentes de processos judiciais em que a LAHGO é ré.

No âmbito do processo de circularização foram solicitadas informações a todos os advogados a que a Instituição recorre. Recebemos resposta de 2 deles, a partir das quais foi possível apurar responsabilidades contingentes de 443.300 euros. A LAHGO tem registadas responsabilidades no montante de 291.252 euros, apurando-se uma diferença de cerca de 152.000 euros.



Resultados

Relativamente à conta de resultados do exercício, o mapa abaixo evidencia-se a sua decomposição a 31 de dezembro de 2016, assim com as variações absoluta e relativa face ao período homólogo anterior:

Rendimentos e Gastos	2016	2015	Δ Valor	Δ %
Vendas e serviços prestados	3.856.250	4.216.409	(360.159)	(8,5%)
Subsídios, doações e legados à exploração	527.982	587.134	(59.151)	(10,1%)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(708.027)	(1.126.938)	418.911	(37,2%)
Fornecimentos e serviços externos	(992.816)	(1.196.929)	204.113	(17,1%)
Gastos com o pessoal	(2.255.762)	(2.292.715)	36.954	(1,6%)
Imparidade de dívidas a receber	0	(5.164)	5.164	(100,0%)
Aumentos/reduções de justo valor	2.316	0	2.316	---
Outros rendimentos e ganhos	73.377	163.491	(90.114)	(55,1%)
Outros gastos e perdas	(65.173)	(61.281)	(3.892)	6,4%
Resultado Antes Depreciações, Amortizações, Gastos de Financiamento e Impostos	438.147	284.006	154.141	54,3%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(289.674)	(618.783)	329.110	(53,2%)
Resultado operacional (antes de financiamentos e impostos)	148.473	(334.778)	483.251	(144,3%)
Juros e gastos similares suportados	(376.358)	(467.073)	90.715	(19,4%)
Resultado Antes de Impostos	(227.885)	(801.851)	573.966	(71,6%)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado líquido do período	(227.885)	(801.851)	573.966	(71,6%)

A análise à demonstração dos resultados deverá ter em consideração muitas das diferenças identificadas nos pontos anteriores e constantes da Certificação Legal das Contas que emitimos com data de hoje.

V. OUTROS ASSUNTOS

Organização Interna

A entidade dispõe de organograma geral e detalhado por departamento.

Entendemos que, face à dimensão da Instituição, deverão existir também, por escrito, as descrições de funções associadas aos diversos lugares nos departamentos.

De igual forma, deverão estar definidos, por escrito, os principais fluxos documentais entre os departamentos, ações de controlo interno a exercer em cada fase e calendário para os mesmos.

Do ponto de vista do controlo interno verificamos que, pese embora os documentos recebidos dos fornecedores se encontrem rubricados, não há evidência de conferência dos mesmos.

Sugerimos a elaboração de um carimbo a colocar na receção (à semelhança do registo de entrada de correspondência) que permita exarar a evidência de conferência a colocar nas várias fases do circuito de controlo interno.

As assinaturas dos responsáveis pelo exercício do controlo interno, nas suas várias fases, deverão constar de documento próprio para o efeito, permitindo verificar o correto exercício do mesmo.

Não identificámos a presença da função de auditoria interna, conforme consta do organograma que nos disponibilizaram. Entendemos que, face à situação particular da Instituição e, face ao crescimento que teve nos últimos anos, este é um departamento a equacionar.

A função de auditoria interna, pelas suas próprias características, deverá estar independente de qualquer outro departamento, reportando apenas ao Conselho de Administração.

A Entidade não dispõe de acesso à informação contabilística (física e digital) dos últimos dois exercícios. Além dos constrangimentos daqui decorrentes para o normal funcionamento da instituição, poderão emergir daqui contingências de várias ordens, com consequências financeiras, em termos fiscais, em termos de financiamento da atividade, e de índole jurídico-laboral que não conseguimos quantificar.

Conjuntura

A Entidade enfrenta ainda constrangimentos na sua atuação que, não sendo devidamente ultrapassados podem colocar em causa o cumprimento do seu objeto social, sendo de destacar a urgência da reestruturação financeira com a Banca, a resolução de vários processos em contencioso, o restabelecimento dos planos prestacionais com a Segurança Social e a recuperação da informação de gestão dos exercícios anteriores a 2016.


VI. NOTA FINAL

Por último, desejamos agradecer toda a colaboração prestada pelos responsáveis e serviços em geral.

Lisboa, 2 de maio de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por



Carlos Manuel Grenha, ROC n° 1266

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *LAHGO – LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL GARCIA DE ORTA*, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 11.629.781 euros e um total de capital próprio de 1.178.954 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 227.885 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 6 da secção “Bases para a opinião com reservas”, e exceto quanto aos efeitos das matérias referidas nos números 7 a 11 da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *LAHGO – LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL GARCIA DE ORTA*, em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1. A informação disponível relativamente aos bens do ativo fixo não contém o detalhe suficiente para nos habilitar a concluir quanto à razoabilidade das quantias das rubricas “Ativos fixos tangíveis” e “gastos de depreciação e de amortização”.
2. A conta de investimentos financeiros inclui uma participação de 50% na sociedade *LAHGO ORTOPEDIA – ARTIGOS ORTOPÉDICOS E HOSPITALARES, LDA*, valorizada em 38.727 euros. Esta entidade não dispõe de contas auditadas. Face aos elementos disponibilizados e informações obtidas não há qualquer garantia de recuperação deste ativo e não se encontra reconhecida qualquer perda por imparidade.



de 6

3. A quantia a receber do *Estado e Outros Entes Públicos* inclui 746.132 euros de reembolsos de IVA solicitados e indeferidos pela AT, com processo em contencioso. Procedemos à circularização dos vários advogados da Entidade não tendo, até à data, recebido retorno sobre o estado e perspectivas de evolução deste processo em concreto.
4. A rubrica *Outras variações no capital próprio* inclui a quantia de 2.500.000 euros referente à capitalização de um terreno doado, não nos tendo sido disponibilizado o suporte para a avaliação do mesmo.
5. A Entidade não dispõe de acesso à informação contabilística (física e digital) dos últimos dois exercícios. Além dos constrangimentos daqui decorrentes para o dia a dia do Departamento financeiro, poderão emergir daqui contingências de vária ordem, com consequências financeiras, em termos fiscais, em termos de financiamento da atividade, e de índole jurídico-laboral que não conseguimos quantificar.
6. No exercício de 2016, foram transferidos diversos saldos transitados de 2015 (devedores e credores) com origem em diferentes contas, para uma conta específica denominada "acertos", sem um suporte justificativo adequado. Essa conta apresentava, em 31 de dezembro de 2016, um saldo de 12.353 euros e constava da rubrica *Outras Contas a Pagar*. Face à sua quantidade e natureza, não nos é possível avaliar, o impacto futuro, se algum, de tais movimentos nas demonstrações financeiras.
7. A rubrica *Outras Contas a Receber* inclui a quantia de 618.783 euros pagos à sociedade OBRECOL, S.A. em anos anteriores. A LAHGO não reconheceu perdas por imparidade relativamente a esta dívida, tendo já sido declarada a insolvência desta sociedade.
8. A rubrica de *Financiamentos Obtidos* (7.970.528 euros de Passivo Não Corrente e 77.470 euros de Passivo Corrente) mostram-se superiores em 35.300 euros aos valores das respostas obtidas via circularização. Deste montante de passivo, a quantia de 7.654.067 euros respeita a um financiamento de médio e longo prazos obtido junto da CGD e que se encontra em incumprimento, estando por reconhecer 296.000 euros de juros e imposto de selo. A quantia apresentada como Passivo corrente é insuficiente em 1.744.000 euros (valor em excesso no Passivo Não Corrente).
9. A LAHGO é ré em diversos processos que correm nos tribunais. Da análise às respostas obtidas dos advogados concluímos que existem responsabilidades não refletidas no Balanço no montante de 152.000 euros.



10. No processo de encerramento de contas a LAHGO não teve em consideração a especialização de diversos gastos. Assim o resultado líquido do exercício, o capital próprio e o passivo não se encontram influenciados pelos seguintes gastos: FSE – 46.000 euros; Gastos com o pessoal (estimativa) – 265.000 euros.
11. A LAHGO recebeu da ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. uma comparticipação de 750.000 euros, para a construção da Unidade de Cuidados Continuados Integrados ao abrigo do Programa Modelar, que afetou a rubrica *Outras variações no capital próprio*, tendo vindo a reconhecer o ganho decorrente do apoio na medida da depreciação do ativo correspondente. Face ao incumprimento da alínea b) do n.º 2 da cláusula IX do contrato celebrado em 5 de Junho de 2010, a LAHGO está na contingência de rescisão contratual com a consequência da devolução do apoio recebido, não tendo divulgado a mesma no seu Relatório e Contas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

INCERTEZA MATERIAL RELACIONADA COM A CONTINUIDADE

Conforme se depreende da leitura do Relatório e Contas, a Entidade enfrenta constrangimentos na sua atuação que, não sendo devidamente ultrapassados podem colocar em causa o cumprimento do seu objeto social, sendo de destacar a urgência da reestruturação financeira com a Banca, a resolução de vários processos em contencioso, o restabelecimento dos planos prestacionais com a Segurança Social e a recuperação da informação de gestão dos exercícios anteriores a 2016.

ÊNFASES

Conforme divulgado no Relatório de Gestão, existem dívidas em mora à segurança social e aos empregados, nos montantes de 697.672 euros e 168.443 euros, respetivamente. No caso da segurança social os acordos de regularização em prestações não estão a ser cumpridos. Em relação ao pessoal não existem acordos formalizados.

De acordo com a Nota 2 do Anexo a LAHGO adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em 2016. Até ao exercício anterior a Entidade vinha adotando a NCRF-ESNL. Esta transição não teve impactos na informação apresentada.

No exercício de 2016 a Entidade procedeu à alteração das taxas de amortização de alguns bens, situação que reduziu as amortizações em cerca de 50% do registado em 2015, aproximando-se agora do montante de 2014. A comparabilidade das demonstrações financeiras encontra-se, por esta via, afetada.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão e atividades nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Conselho Fiscal é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão e de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E DE ATIVIDADES

Em nossa opinião, o relatório da gestão e de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Lisboa, 2 de maio de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por



Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266

Pelas 14:15 horas do dia 18 do mês de Maio de 2017 reuniu o Conselho Fiscal da Liga dos Amigos do Hospital Garcia d'Orta, por convocatória do seu Presidente, nas instalações da Rua Luís Villas Boas, nº 20/22 no Laranjeiro, Almada, reunião esta que tinha como pontos da ordem de trabalhos a análise do Relatório e das contas relativas ao ano de 2016.

Estiveram presentes Miguel Nuno Pereira do Carmo Vaz, Presidente, Lídia Maria Tomé Soares Entrudo Pires, Vice-Presidente, e Maria do Carmo Vieira Soares da Costa, Vogal deste Conselho Fiscal.

Tomou a palavra o Presidente do Conselho Fiscal que informou que por razões de atraso na apresentação da certificação das contas só agora foi possível preparar e apresentar uma proposta de Parecer a ser aprovada por este Conselho.

Como se constata na opinião emitida com reservas pelos Revisores Oficiais de Contas, a maioria das preocupações anteriormente manifestadas por este Conselho são e continuam pertinentes e estão, com enfases porventura diferentes, vertidas na sua opinião.

Lamentamos que o Conselho de Administração continue a não apresentar os elementos contabilísticos em tempo e na forma que permita a avaliação das ações de gestão e possibilite a sua atempada correção.

Assim, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

"Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e as Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

Nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei 172-A/2014, de 14 de Novembro compete genericamente ao Conselho Fiscal fiscalizar a gestão da Instituição, cumprindo-lhe elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração.

Tal competência encontra-se igualmente plasmada no artigo 21º dos Estatutos da Liga dos Amigos do Hospital Garcia da Horta (adiante também designada abreviadamente "LAHGO ou Liga").

ATAS

Folha 20

No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal acompanhou e fiscalizou a atividade de gestão desenvolvida pelo Conselho de Administração da LAHGO, analisando as atas das reuniões deste órgão e os documentos de suporte que considerou pertinentes, bem como a documentação de prestação de contas que lhe foi disponibilizada, tendo reunido com o Conselho de Administração, sempre que tal se mostrou conveniente.

Durante o ano de 2016 o Conselho Fiscal reuniu formalmente com a presença de todos os seus membros, encontrando-se as atas dessas reuniões arquivadas na sede social da LAHGO.

No decorrer do exercício económico, e após emissão dos balancetes contabilísticos pelo Conselho de Administração, o Conselho Fiscal produziu recomendações tendentes à melhoria da prestação de contas, nomeadamente quanto à implementação de um fecho de contas mensal, elaboração de orçamento de base zero, bem como implementar um sistema de gestão de tesouraria com o intuito de permitir ao órgão de gestão a tomada de decisões atempadas e devidamente fundamentadas e bem assim a prevenção de riscos e infrações que podem ser cometidas.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com os normativos contabilísticos em vigor e obedeceram aos preceitos legais adotados, exprimindo dessa forma a situação patrimonial da Liga.

As demonstrações financeiras apresentam um resultado negativo de 227.885€ e um total de balanço de 11.629.781€.

Analisámos, também, o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, que relata os aspetos mais significativos das atividades e ações que foram desenvolvidas pela Liga durante o exercício económico.

Ressalvamos também que o Parecer deste Conselho Fiscal está suportado **na opinião emitida com reservas** sobre as demonstrações financeiras que foram examinadas pela sociedade de revisores oficiais de contas Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., a qual emitiu a respetiva certificação legal de contas, em 02 de Maio de 2017, com cujo teor o Conselho Fiscal expressa a sua concordância **reforçando todas as recomendações da auditoria.**

ATAS

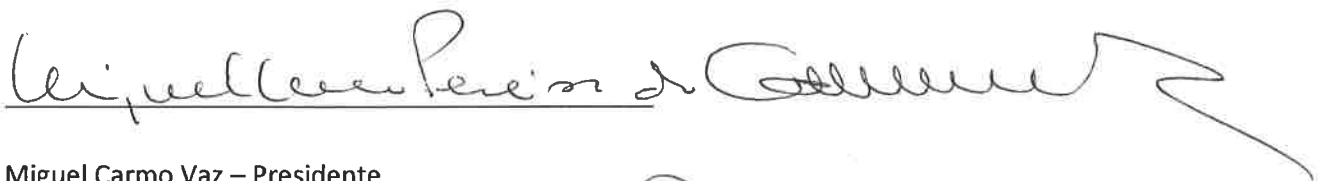
Folha 21

Com particular relevância o Conselho Fiscal da nota da incerteza relacionada com a capacidade da Liga prosseguir o cumprimento do seu objeto social pois enfrenta constrangimentos de diversa índole, destacando-se entre outros a incapacidade de pagamentos a credores nos prazos acordados, incapacidade da reestruturação do passivo bancário e processos legais pendentes cujos resultados são incertos.

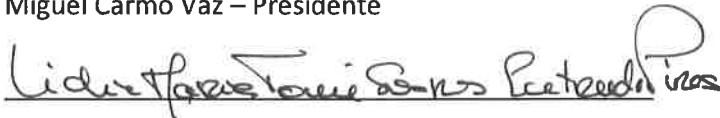
Face ao anteriormente exposto, e com exceção quanto aos possíveis efeitos expressos nas "Bases para a opinião com reservas" da Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal é de opinião que sejam aprovados em Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras, bem como a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Almada, 18 de Maio, de 2017"

E não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada pelas 16:20 h e vai ser assinada pelos presentes.



Miguel Carmo Vaz – Presidente



Lídia Maria Tomé Soares Entrudo Pires – Vice-Presidente



Maria do Carmo Vieira Soares da Costa – Vogal